



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 507- DE 26 DE SETEMBRO A 11 DE OUTUBRO DE 2015 - R\$ 3,00

**Governo Dilma/Levy prepara
novos ataques aos explorados: mais
impostos, mais tempo para se aposentar
e mais arrocho ao funcionalismo**

Derrubar o Ajuste Fiscal!

**Abaixo o PPE tramado entre governo,
capitalistas e sindicalistas vendidos!**

**Fora com a flexibilização capitalista
do trabalho (PPE, Lay-off, etc.)!**

**Pela flexibilização operária do trabalho:
estabilidade no emprego a todos e divisão
das horas nacionais de trabalho entre todos
os aptos a trabalhar, sem redução salarial!
(escala móvel das horas de trabalho)**

Emprego não se negocia, defende-se com luta!

**Nenhuma concessão ao Papa e ao imperialismo!
Em defesa das conquistas da revolução cubana!**

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária – Tempos sombrios

Lutar sob a estratégia revolucionária do proletariado

A crise de 2008 evidenciou o esgotamento de um curto período de crescimento mundial. Mas o mais importante é que abriu um novo período de decomposição do capitalismo mais amplo, mais profundo e mais longo que o dos anos 70 e 80. Com o declínio da China, pode-se esperar a elevação da curva ascendente da crise internacional a pontos mais altos.

Ninguém mais faz proselitismo sobre a capacidade dos países “emergentes” de resistirem à débâcle e contribuir para o dinamismo geral do capitalismo. Todos os países se perfilam por trás do baixo crescimento dos Estados Unidos, da estagnação da Europa Ocidental e da recessão no Japão.

As potências não têm como reverterem o quadro de superprodução e agigantamento do parasitismo financeiro tão somente com os métodos do intervencionismo monetário e cambial. Também não há muito espaço para um surto de penetração de capitais imperialistas nos países atrasados e semicoloniais.

Os Estados Unidos, potências europeias e Japão esperam que a China e Rússia cedam a pressões e abram um caminho mais largo no processo de restauração capitalista. Uma ampla privatização e desnacionalização poderiam dar mais um fôlego ao capital parasitário. Países de economia média como o Brasil, Índia, África do Sul, Argentina são chamados a rebaixar ainda mais suas fronteiras nacionais. O saque das nações subordinadas e oprimidas faz parte dos métodos econômicos do imperialismo. A destruição de conquistas revolucionárias do proletariado e a restauração burguesa também entram nessa ordem de acontecimentos que expressam a decomposição do capitalismo da época imperialista.

Observa-se que, de conjunto, esse processo não tem como avançar em escala necessária à superação da crise mundial de superprodução. É inevitável que a etapa de destruição de forças produtivas pelos métodos econômicos se amplie, aprofunde e avance. Ou seja, que se destrua maciçamente postos de trabalho. O fenômeno já não se circunscreve aos Estados Unidos, que a duras penas vêm revertendo os altos índices de desemprego, e à Europa. A América Latina, nestes últimos anos, tem sido arrastada para o precipício da recessão.

Os explorados, em toda parte, se deparam com tempos difíceis. Em particular, interessa-nos o Brasil. Findou o interregno da crise aberta nos anos 70, que, em altos e baixos, persistiu até o início de 2000. A crise de 2008 fechou abruptamente o breve interregno de crescimento e euforia iniciado em meados de 2003. A recessão finalmente se impôs no presente ano.

Todos os fatores típicos da bancarrota de um país semicolonial se manifestaram em um processo de interdependência (explosão da dívida pública, déficits, desordenamento das contas públicas, inflação, altas dos juros, inadimplência, especulação, etc.). Em sua base está a superprodução mundial, que se expressa com particularidades como superprodução nacional. Diz respeito ao enorme peso das multinacionais nos ramos fundamentais da produção e carro chefe das forças produtivas internas.

A economia brasileira está submetida a uma combinação explosiva e destrutiva. Elevação da dívida pública, extorsivos juros, recessão, demissão em massa, redução salarial e queda na arrecadação. O imperialismo exige reordenamento das finanças, as multinacionais impõem as condições para manter seus lucros e as frações mais poderosas da burguesia nacional pressionam para o governo poupá-las o máximo possível. A classe operária e a maioria oprimida suportam

tudo o peso da decomposição capitalista. Carga que cresce dia a dia. Pagam o preço de mais pobreza, mais miséria e mais fome.

Por cima, o governo Dilma Rousseff, seguida dos governadores, impõe medidas que mutilam direitos trabalhistas e retrocedem antigas conquistas sociais. Por baixo, os capitalistas planejam seus negócios cortando postos de trabalho, intensificando a rotatividade da mão de obra, precarizando as contratações e rebaixando os salários. O proletariado está diante de uma ofensiva geral da burguesia, cuja amplitude atinge todas as camadas de explorados e oprimidos. Está claro que os passos dados já são suficientes para se afirmar que a classe operária está diante de um dos maiores retrocessos em suas conquistas. A flexibilização capitalista do trabalho vem sendo imposta pelas multinacionais e pelo grande capital nacional.

A parafernália da “flexibilização” serve à redução do custo da força de trabalho (salário direto e indireto). Esse é seu único objetivo. A ideia de que é uma forma de garantir emprego não se sustenta. Trata-se de uma justificativa do patronato e da burocracia sindical para convencer os assalariados a cederem sem luta. Neste ano, a taxa de desemprego saltou de 5,3% para 7,6%. Espera-se que neste ano a destruição de postos de trabalho ultrapasse 1,2 milhão. Está aí por que se estima que o desemprego poderá atingir a taxa de 10% em curto prazo. São milhões relegados ao subemprego e à miséria.

A tragédia da classe operária não se resume ao fato de ter de arcar com a desintegração do capitalismo. Sempre foi assim! Sempre esteve submetida à brutal exploração do trabalho e às intempéries do regime econômico. A tragédia de nosso tempo está na crise de direção revolucionária. Nem sempre foi assim! Ao contrário, desde seu nascimento o proletariado passou a travar lutas homéricas por se organizar independentemente, com reivindicações e programa próprios. O marxismo lhe permitiu uma teoria revolucionária, necessária para transformar seus instintos de revolta em consciência socialista. As revoluções proletárias abriram o caminho de superação do capitalismo. O triunfo das contrarrevoluções e do restauracionismo na ex-União Soviética, China, Leste Europeu e Cuba, porém, retrocederam a organização e a consciência de classe dos explorados a uma escala que aproxima da barbárie social. Uma das expressões dessa tragédia histórica está no fato de a reação ter conseguido arrancar da classe operária até mesmo suas reivindicações próprias, os seus métodos de luta, o sentido da solidariedade e a união de classe. A burocracia sindical as tem substituído pelas formas da flexibilização, pelos métodos da administração capitalista da crise, pelo individualismo e pela fragmentação.

A medida que permite as empresas reduzirem salários em compensação à redução da jornada (PPE) e sua larga aplicação pelo sindicato metalúrgico do ABC constitui uma das violações mais graves a direitos e princípios trabalhistas que protegem os trabalhadores. Ao seu lado, a terceirização representa um ataque sem precedentes às conquistas sociais. É necessária uma resposta à altura da traição dos burocratas e da prepotência do grande capital.

Nestes tempos sombrios é decisiva a defesa da estratégia da revolução proletária, como parte da luta diária contra a ofensiva burguesa e em defesa das reivindicações que de fato protegem as massas da barbárie capitalista. Há que se trabalhar com todo vigor e convicção socialista pela tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista e a reconstrução da IV Internacional. As condições exigem a aplicação sem rodeios do Programa de Transição, de acordo com as particularidades nacionais e da situação da luta de classes.

Burocracia sindical do ABC festeja a implantação do PPE

Eis o discurso do burocrata traidor: “A maior contribuição da categoria é preservar os empregos para retomar a economia e fazer o Brasil voltar a crescer”. O presidente do sindicato metalúrgico do ABC, Rafael Marques, depois de impor mais um acordo do “Programa de Proteção ao Emprego”, na Ford, de redução do salário, ficou exitoso com o feito. Disse que já são 25 mil metalúrgicos que “aceitaram” o PPE: Mercedes, Volks, Ford, Rassini, Trefilação União, Pricol, Prensas Schuler.

A burocracia utiliza alguns operários das empresas para propagandear o PPE como a única saída para “garantir o emprego”. Estampa no Jornal do sindicato, Tribuna Metalúrgica, as fotos dos operários elogiando as negociações dos dirigentes com as multinacionais para conseguir implantar o PPE. Pretende, com isso, mostrar que o PPE é uma proposta que vem dos operários e que está sendo aceita pelas montadoras e autopeças, após as greves. Usam, assim, os operários como marionetes para iludir os incautos.

A despolitização da classe operária e o enorme controle da burocracia sobre as assembleias contribuem para que o PPE seja aprovado. O fato é que a redução salarial está sendo implantada, conforme a política das multinacionais. Ou seja, reduz a jornada e o salário por alguns meses e mantém a suspensão temporária (lay-off) e o “Programa de Demissão Voluntária” (PDV). Quem ganha? Certamente, são os capitalistas, que reduzirão sua folha de pagamento e ainda ficam livres para demitir (rotuladas de “voluntárias”). Quem perde? Certamente, são os operários, que têm os salários reduzidos pelo acordo do PPE e pela elevação geral do custo de vida. Pelo PPE, perdem 8%, 10% ou mais de acordo com as negociatas. Com a inflação oficial, mais 9,5%. O corte salarial é violento. Está aí a traição da burocracia, contribuindo com as multinacionais para descarregar a crise sobre os assalariados.

Mais um acordo traidor, na Ford

A direção do sindicato, diante da ameaça de demissão de 203 metalúrgicos, fez aprovar uma greve passiva. Os operários compareciam na fábrica todos os dias para ouvir sobre a negociação e a forma como se daria a greve. Em seguida, retornavam para a casa. Isso ocorreu por 9 dias. Enquanto isso, os burocratas firmavam o acordo com a montadora.

O resultado era previsível: implantação do PPE. Redução da jornada de trabalho com redução de 20% nos salários a partir de janeiro. Manteve o lay-off para os que já estavam até dezembro e, em janeiro, mais 150 terão seus contratos suspensos temporariamente. O PPE da Ford tem validade por 6 meses. Como se vê, a multinacional terá seus custos reduzidos e ficou livre para continuar com a flexibilização capitalista do trabalho (lay-off e PDV).

Volks seguiu o mesmo caminho

Primeiro, a montadora de São Bernardo do Campo usou as férias coletivas, lay-off, PDV e banco de horas. Estão com os contratos suspensos até novembro, 850 trabalhadores. Agora, implantará o PPE, reduzindo os salários em 20%. O acordo prevê seis meses, a partir de outubro.

A Volks de Taubaté propôs a redução de 20% da jornada e dos salários. A greve de 12 dias, realizada em agosto, contra demissões, acabou com a assembleia votando o PPE. A regra tem sido essa, a multinacional demite, o sindicato convoca uma greve e,

em seguida, força os operários a aceitarem o PPE.

Scania reduz salários

Pelo acordo realizado no ano passado, previa uma reposição salarial de acordo com a inflação e um aumento real, que pelos cálculos chegariam a 12%. A montadora comunicou aos burocratas do sindicato que não tinha como cumpri-lo. E como não poderia deixar de ser alegou a queda nas vendas e a necessidade de demitir. A direção do sindicato disse aos metalúrgicos que a saída para preservar o emprego era rasgar o acordo e aceitar um reajuste salarial de 5%, em vez de 12%. Com a faca no pescoço e sem alternativa de luta, os operários de cabeça baixa tiveram de arcar com a redução. É assim que se preservam os altos lucros das multinacionais e se sacrificam as condições de vida já difíceis dos trabalhadores.

Enterro da campanha salarial metalúrgica

A Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT (FEM-CUT) responde por 200 mil trabalhadores. Definiu como bandeira da campanha: “nenhum direito a menos e mais avanços sociais”. Isso quando os sindicatos metalúrgicos do ABC e de Taubaté aplicam o PPE, que viola uma das conquistas mais importantes da classe operária, que é a proibição da redução salarial.

A patronal, de acordo com o grupo a que pertence, tem oferecido reajustes abaixo da inflação, parcelado ou distribuído conforme a faixa salarial. A queixa é a mesma: a economia está ruim, falta comprador, a folha de pagamento está pesando e por aí vai.

A Comissão de Mobilização da Campanha Salarial bate no peito e diz que não vai permitir retrocessos. E que irá mostrar aos empresários a unidade. O certo é que há muito o sindicato tem realizado campanhas salariais divididas de acordo com os grupos patronais (fundição, autopeças, forjaria, parafusos, estamparia, etc.). A fragmentação implicou a abolição da assembleia geral, sem a qual não é possível definir uma linha única de campanha e dar coesão às fileiras dos metalúrgicos. As bravatas da comissão da mobilização servem para ocultar o retrocesso trabalhista que vem sendo imposto aos operários desde as montadoras.

O Boletim Nossa Classe tem destacado a necessidade de um movimento unitário local, regional e nacional em defesa dos empregos, dos salários e dos direitos trabalhistas. Não temos dúvida de que, se os sindicatos e as centrais convocassem assembleias gerais e permitissem a livre expressão dos trabalhadores, teríamos uma ampla mobilização que de fato se contraporá aos retrocessos e colocaria avanços na proteção das condições de trabalho e vida dos assalariados.

As burocracias governistas e não-governistas temem que os operários se unam em torno de reivindicações próprias e se lancem à luta coletiva. O cerco da colaboração de classes montado neste último período se encontra sob tremenda pressão da crise econômica, dos ataques da burguesia e dos governos e do descontentamento dos explorados. Uma campanha salarial metalúrgica que resistisse à ofensiva capitalista e governamental abriria caminho para uma ruptura neste cerco. Esse é o grande temor tanto das direções governistas como não-governistas. Trata-se, portanto, de denunciar e combater a política colaboracionista, colocando aos operários suas reivindicações e métodos próprios de luta.

Ato na Costa Sul de São Sebastião exige Moradia e o Término da Construção do Hospital na Região

No dia 05/09, primeiro dia do feriado prolongado, ocorreu na Costa Sul de São Sebastião um ato popular com aproximadamente 100 pessoas exigindo, fundamentalmente, a não remoção de centenas de moradias e o término da construção do Hospital municipal na região (as obras estão paralisadas há mais de quatro anos). O ato foi convocado pela Associação de Moradores de Cambury e contou com o apoio da Unidos Pra Lutar, que cedeu um caminhão de som para dar expressão ao movimento, do PSol e da Corrente Proletária na Educação/POR.

O ato saiu do bairro de Cambury por volta de 9h45min da manhã e seguiu pela Rodovia Rio-Santos até as obras do Hospital, fechando apenas uma das faixas, devido à correlação de forças. A manifestação foi a segunda organizada pela Associação de Moradores, que representava a parcela mais pobre da

região e é a única que mantém um relação de independência frente à Prefeitura.

A Corrente Proletária na Educação/POR atuou na construção do ato divulgando-o nas escolas e no dia participou com um panfleto, bandeiras, cartazes e com falas no caminhão de som, com o conteúdo de que a crise do capitalismo não pode ser descarregada sobre as costas dos explorados, e que estes devem lutar com os métodos da ação direta (manifestações, greves, ocupações) em defesa de suas moradias, de seus empregos e de um salário mínimo vital, que dê conta de manter uma família trabalhadora com dignidade!

O ato foi mais um passo importante na organização dos moradores pobres da Costa Sul, que deve avançar na construção de um Comitê de Luta por Moradia para organizar os moradores ameaçados de despejo e impulsionar as lutas na região.

A necessidade da estratégia revolucionária diante da crise

Nota-se que as esquerdas perfilaram-se diante da disputa interburguesa em torno do impeachment. Distraem-se com os altos e baixos dos choques no interior do Estado. Desviam-se do fundamental da situação: a destruição massiva de postos de trabalho, a redução dos salários com os acordos de PPE, a perda de seu valor pela corrosão inflacionária e o avanço da pobreza e miséria da maioria. Não se estabelece uma relação clara entre a crise econômica e política com a ofensiva do capital à vida dos explorados.

A princípio, o PT e sua burocracia sindical não acreditaram que prosperasse o objetivo do PSDB e aliados em seu questionamento legal à vitória de Dilma Rousseff. Ficaram abismados quando assistiram à grande manifestação da classe média de 15 de março. O fato evidenciou que a oposição havia canalizado a reação política dessa importante camada social. A classe média constitui a base do processo eleitoral e dos mecanismos formais da democracia burguesa.

O processo do mensalão no governo Lula potencializou a direita oposicionista. As três derrotas consecutivas do PSDB/DEM, que contavam com a desmoralização do petismo aos olhos das massas, abriram uma polarização no seio da política burguesa que não se via desde os anos 50 e início dos anos 60, que culminou com o golpe militar.

A ampla unidade burguesa alcançada no final da ditadura e na chamada transição democrática dos anos 80 deu lugar ao confronto eleitoral entre PSDB e PT nos anos 90, após o impeachment de Fernando Collor de Melo. Recordemos que as principais lideranças do PT – acima delas José Dirceu – consideravam o PSDB aliado natural contra o PMDB oligárquico. Em 1989, Mário Covas chegou a aprovar Lula contra Collor no 2º turno. Não se coligaram desde o 1º turno devido à conveniência dos caciques. Lula se projetava nacionalmente de sindicalista que emergia das greves do ABC a caudilho eleitoral.

No fundo da dissensão entre PSDB e PT estava a crise eco-

nômica e a ofensiva do imperialismo com suas diretrizes neoliberais. O PSDB foi responsável pelas medidas recessivas, pelo salvamento dos bancos e pelo generoso plano de privatizações. O que os separava era tão somente qual política econômica seria melhor para o desenvolvimento capitalista no Brasil. Neoliberalismo ou desenvolvimentismo? A estratégia geral, no entanto, era e é comum: administrar o Estado burguês e garantir os interesses gerais da classe capitalista. Mas não foi menos importante a projeção de Lula como caudilho eleitoral.

A aproximação do PT com o PMDB se deu nessas circunstâncias políticas. A principal lição prática que José Dirceu extraiu da incapacidade do governo de João Goulart e do golpe militar de 1964 foi a de que para se instituir um “governo democrático e popular” era imprescindível uma ampla aliança com partidos da ordem. Como o PSDB se tornou rival, sobrou o PMDB como aliado. Daí em diante, já não havia a fronteira para se estabelecerem as alianças, deixou de ter sentido prático se os partidos eram ou não oligárquicos, direitistas e reacionários.

A derrocada do PT no final das contas é a derrocada de sua estratégia de remodelação do capitalismo por meio de uma ampla aliança com partidos da burguesia. A sua imersão no pântano da corrupção não deve ser tomada como causa, como pretende a oposição e a grande imprensa. Há quem ainda não se conforme com o fato do PT ter se enfiado nesse buraco sem fundo.

Parte da esquerda anti-petista que foi aguerrida defensora da eleição de Lula, agora, diz: “não falamos que ia ser esse o destino do PT, bem que lutamos pelo PT das origens”. As respostas fáceis não permitem compreender o desenvolvimento histórico. No caso, servem para acobertar responsabilidades do passado.

As correntes que foram excluídas do PT, sob o chicote de José Dirceu, se negaram terminantemente a defender a estratégia revolucionária do proletariado durante o processo de sua

formação e desenvolvimento. Negaram-se a se colocar pelo programa da revolução proletária. Foram pródigas em desfraldar a bandeira do socialismo abstrato e induzir a vanguarda a acreditar na justeza da bandeira eleitoral de governo dos trabalhadores, facilmente adaptável à ascensão do caudilho Lula. Marcaram assim sua passagem pelo PT pela fórmula “vote em Lula por um governo dos trabalhadores”.

Lemos e ouvimos a lenda de que os trotskistas estiveram na origem do PT e ajudaram em sua construção. Na realidade, os pretensos trotskistas se negaram a defender a estratégia da ditadura do proletariado - medula do programa socialista. Morenoistas, lambertistas, plabistas e ex-altamiristas renunciaram a travar a luta no seio do PT pelo partido revolucionário, ou seja, pelo programa da revolução proletária.

O proletariado seguiu o PT. Não contou com uma poderosa fração revolucionária para ajudá-lo a superar a experiência com o reformismo. Sem estratégia própria, não tem como se levantar como força independente e como dirigente da maioria oprimida nas condições de catástrofe econômica, de crise do regime político e de putrefação do governo petista.

Chegou-se ao ponto de parte da esquerda se perder no cipoal da disputa interburguesa, agarrando-se à defesa do governo Dilma; parte alimentar a ilusão sobre a possibilidade de pôr em pé uma nova alternativa de esquerda eleitoral (“alternativa classista dos trabalhadores”), de maneira que transforma a tática de intervenção nas eleições em estratégia.

Os petistas e certas variantes da esquerda antipequista tentaram se contrapor à ofensiva da oposição com a bandeira de Constituinte Soberana, destinada à realização de uma reforma política ou coisa que o valha. Não tiveram nenhum sucesso diante das massas. A ideia de combater o golpe institucional com a convocação de uma Constituinte não passou de palavreado. Não faltaram os impostores mascarados de trotskistas que asseguraram que essa é a via para os explorados derrotarem a direita, sem dizerem para manter um governo que impõe medidas antinacionais e antioperárias.

O problema fundamental da situação se manifesta na contradição entre o processo objetivo da crise e a ausência da independência de classe do proletariado. O que lhe impede de se levantar em pé de guerra contra a burguesia e seus governos (a maioria dos governos estaduais está nas mãos do PMDB, PSDB e DEM). As esquerdas, assim, se baseiam na desorganização, no atraso político e no controle dos sindicatos pela burocracia para definir suas posições diante da crise (Constituinte, alter-

nativa dos trabalhadores, poder popular). Desconhecem ou viram a cara diante da defesa da estratégia revolucionária. No entanto, a crise econômica estrutural e a disputa interburguesa colocam para as duas classes antagônicas justamente a questão do poder. Somente não se manifesta assim, à luz do dia, porque o proletariado se acha subordinado à política burguesa.

A vanguarda revolucionária está diante da tarefa de defender no seio dos explorados e da juventude a estratégia de poder, a forma de governo e os métodos. Caso contrário, adapta-se às condições da crise e às pressões da burguesia. É preciso sem subterfúgios levantar a estratégia da revolução proletária e a constituição de um governo operário e camponês. Mas é imprescindível saber por onde começar.

Se o proletariado se acha preso à política burguesa e confuso diante do apodrecimento do PT, certamente não entenderá e não ouvirá a defesa programática dos marxista-leninista-trotskyistas. O que quer dizer que a luta estratégica não é o ponto de partida. Mas as camadas em luta irão prestar atenção em sua vanguarda se esta traduzir suas necessidades e suas apreensões originadas da nova situação de crise.

A burguesia e o governo desenvolvem um grande ataque aos empregos, salários, direitos trabalhistas e previdenciários. As reivindicações particulares e setoriais dos explorados devem convergir para as reivindicações gerais. Nas fábricas, a demissões quebram a rotina dos trabalhadores. Os acordos de flexibilização capitalista são impostos. As medidas de liquidação de direitos trabalhistas (MP 664, 665 e PL da terceirização) rompem e chocam os assalariados em geral.

A burocracia sindical tudo tem feito para evitar que o proletariado expresse seu instinto de revolta reprimido por anos de pressão, repressão e colaboração de classe. Está aí por que também faz parte

deste ponto de partida a luta contra os obstáculos construídos e mantidos pelas direções pró-capitalistas. A denúncia dos acordos antioperários e a contraposição com as legítimas reivindicações permitem despertar o proletariado para a necessidade de varrer a burocracia colaboracionista, constituir uma direção classista e recuperar os sindicatos para as lutas. A luta pela democracia e independência das organizações operárias está no centro da situação política.

A defesa da estratégia da tomada do poder e da instalação do governo operário e camponês é imprescindível, portanto, para orientar o combate geral dos explorados contra a burguesia e seus governos. É nesse sentido que o POR desenvolve as reivindicações colocadas pela situação e orienta sua ação política pela bandeira de Oposição Revolucionária ao Governo Burguês de Dilma Rousseff.



Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Dilma sente que seu mandato está sob risco

A fração da oposição burguesa, liderada por Aécio Neve e Carlos Sampaio, obstinada a interromper o mandato de Dilma Rousseff, vem ganhando terreno. O PT, Lula e a presidente chegaram à conclusão de que o PSDB e aliados estão perto de reunir as condições políticas para abrir o processo de impeachment. Os governistas puseram-se em corre-corre. Sentiram que é preciso organizar uma resistência no aparato do Estado. A movimentação governista de setembro começou com um manifesto de representantes do PMDB, PCdoB, PSD, PROS e PP acusando “as forças políticas radicais” de conturbarem a democracia com a bandeira do impeachment.

As manifestações organizadas pela CUT, MST, UNE, etc. deram sinais de vida, mas ficaram longe de mostrar ao PSDB que haverá um levante em defesa do governo. Nem por isso todas as lideranças da oposição estão tranquilas quanto à possibilidade de a crise política se ampliar com a intervenção das massas. Não basta a classe média alta estar pelo fim do mandato da presidente.

A maioria da população que foi convencida em outubro passado de que Dilma ainda era melhor que Aécio pode não se levantar como obstáculo ao impeachment, mas não basta a sua passividade. Qualquer que seja o novo governo terá de atacar a fundo as massas. A política econômica antinacional, antiope-rária e antipopular assumida por Dilma Rousseff terá de ser mantida e implantada com maior agressividade.

As divergências sobre esta ou aquela medida que desagradam este ou aquele grupo empresarial – a exemplo do imposto do cheque (CPMF) – não anulam a concordância geral da burguesia e de seus representantes de que é preciso garantir o superávit primário e consequentemente o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Está aí por que assinalamos e repetimos em edições anteriores do jornal Massas que o PSDB e comparsas atacam o governo em pinça. Uma fração trabalha pelo impeachment e outra pelo sangramento do governo até as próximas eleições. A evolução da crise econômica decidirá, em última instância, qual via triunfará.

A fração Neves/Sampaio receia que a implantação do Plano Dilma/Levy acabe arrefecendo as pressões políticas e diluindo o furor da classe média. A dúvida, portanto, é se a sangria do governo não seria estancada caso as medidas de ajuste fiscal acabassem soldando os interesses dos capitalistas nacionais e internacionais. Avaliam que é melhor exacerbar a crise política bloqueando as iniciativas do Plano Levy, embora estejam certos de que não fariam nada muito diferente, e não perder as vantagens oferecidas pelo juiz Sérgio Moro, pelo Augusto Nardes e Gilmar Mendes, cujas ações convergem para a tese do impeachment.

O PT e a burocracia sindical cutista serviram de porta-vozes do Planalto para a denúncia de que está em marcha um “golpe” e uma ameaça à “democracia”. As manifestações da CUT obrigaram a oposição a explicar que o impeachment é constitucional, legítimo e democrático. Nesta resposta, estiveram unidos Aécio Neves e Fernando Henrique Cardoso. Lembramos que Fernando H. Cardoso é partidário de manter o governo moribundo ou então que Dilma renuncie. A presidente, finalmente, denunciou o que chamou de “versão moderna de golpe”.

O discurso contra o golpismo indica que os petistas sentem o chão tremer sob seus pés. Nesta segunda metade de setembro, o governo armou uma contra-ofensiva apresentando novas medidas de ajuste contra os programas sociais como Minha Casa Minha Vida, o funcionalismo, etc. e, sobretudo, se mostrou disposto a ir mais fundo no ataque à vida das massas, apontando o morteiro contra a Previdência.

Dilma depende do apoio do Congresso Nacional, que resiste em assumir a volta da CPMF. Se o Plano Levy caminhar, ainda que em linhas tortas, o capital financeiro continuará a avalizar o governo. Caso contrário, as articulações e conspirações pró-impeachment avançarão. A desaprovação de pesos pesados da economia ao CPMF favorece a campanha do PSDB – a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo lançou uma campanha nos meios de comunicação contra o imposto. O que vem ao encontro ao acirrado oposicionismo pró-impeachment.

Há um consenso entre os economistas liberais que o aumento da carga tributária já não depende de quem seja o governo, deve ser feito, ou então, admitir o déficit primário e mais rebaixamento da nota de risco pelas agências internacionais. Uma das conclusões sobre a crise política é a de que está alicerçada na crise econômica que poderá se arrastar por mais tempo do que o prognosticado pelas instituições encarregadas dessa tarefa pela burguesia. Deste ponto de vista, a derrubada de Dilma será traumática. Não ocorrerá na paz da Constituição, da legalidade e da renúncia passiva dos petistas ao poder. Mesmo que as massas não saiam em defesa do governo, não acontecerá como um raio no céu azul.

Essa situação contraditória explica a existência das duas tendências políticas predominantes na oposição, além do fato de existirem interesses eleitorais de caciques do PSDB (Aécio, Alckmin, Serra). Ao mesmo tempo em que a crise e os desequilíbrios “macroeconômicos” aspiram cuidados aos oposicionistas, que estão bem próximo de retomar o poder, em não precipitar uma rachadura institucional e uma polarização partidária maior do que já está, liberam forças sociais cegas que poderão se sobrepor e colocar para o Congresso Nacional a decisão do impeachment.

Seja qual for a via que tome a crise política, se dará sob o manto da Constituição. Não há nenhum sinal de intervenção das Forças Armadas. Embora as disputas interburguesas no interior do Estado se desenvolvam acidamente e tenham ocorrido manifestações contra e pró-governo, a luta de classe continua disciplinada pela burocracia sindical. Os efeitos da recessão e das medidas antipopulares do governo ainda não abriram os olhos dos explorados para a necessidade de se lançarem à luta por suas reivindicações e com seus métodos próprios. Vemos que até mesmo a manifestação do dia 18, organizada pela CSP-Conlutas/PSTU, não expressou a contundência como o proletariado está sendo atacado, seu programa e suas bandeiras que unificam a maioria oprimida. Acabou sendo um reflexo festivo das disputas interburguesas.

A tarefa revolucionária consiste em trabalhar rigorosamente pela independência de classe dos explorados e empunhar as reivindicações que impulsionam a luta anticapitalista e antiimperialista.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário à Marcha de 18 de setembro

A Marcha Nacional dos Trabalhadores ocorre logo após Dilma Rousseff ter anunciado novo pacote de “ajuste fiscal”. É mais um ataque aos explorados. O corte de R\$ 26 bilhões recai essencialmente sobre os gastos sociais e o salário do funcionalismo. Dilma cede às pressões do capital financeiro nacional e internacional.

O chamado desequilíbrio fiscal diz respeito à capacidade do Tesouro Nacional de continuar a pagar o gigantesco montante de juros da dívida pública, que continua a crescer. Acima de tudo, o governo tem de cumprir a meta orçamentária que cubra o enorme rombo provocado pela massa de recursos destinada a pagar juros, cada vez mais altos.

Dilma Rousseff, em seu segundo mandato de coalizão PT/PMDB, escolheu para ministro da Fazenda justamente um representante do capital financeiro, Joaquim Levy. O objetivo desde o início foi claro: dismantlar os programas sociais, quebrar direitos trabalhistas, atacar o funcionalismo (a casta de juízes, políticos, etc. continua protegida com os altos salários e privilégios) e os aposentados. Enquanto que os empregos, os salários, os serviços essenciais, os direitos e o patrimônio estatal podem ser atacados e dilapidados, a dívida pública parasitária e a sangria do Tesouro nacional são resguardadas como santuário sagrado.

As novas medidas foram uma resposta imediata ao rebaixamento do grau de investimento pela Standard & Poor's, uma agência que serve aos financistas que saqueiam os países de capitalismo atrasado e semicoloniais. Não há dúvida de que o governo ainda irá mais avançar com as privatizações e o entreguismo. O que Dilma acaba de fazer e está por fazer é uma demonstração de servilismo ao grande capital e ao imperialismo. É a demonstração de que não apenas sacrifica os explorados brasileiros, como aliena ainda mais a soberania do Brasil.

A classe operária deve notar que é nos momentos mais difíceis que os governos dos países semicoloniais mostram de corpo inteiro que a política econômica está condicionada pelo capital financeiro, pelas multinacionais e pelas diretrizes mundiais das potências. O “ajuste fiscal” do Sr. Joaquim Levy é claramente antinacional e antipopular. Os próprios petistas veem estarecidos que seu governo pratica o que no passado recente se chamou de neoliberalismo e que foi motivo de duras críticas. Em palavras claras, o governo do PT/PMDB assumiu plenamente os ditames do imperialismo.

Dilma e seu ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, sob o fogo da oposição e da grande imprensa, finalmente, se curvaram até bater a cabeça ao chão. Reconheceram, em um gesto de penitência, que erraram em manter os altos gastos públicos em defesa dos empregos e da renda. O que quer dizer que o governo deveria ter assumido os cortes, as privatizações e as reformas antioperárias muito antes. Nada disso sensibilizou a oposição que trabalha pela deposição de Dilma. Ao contrário, deu-lhe o atestado de incompetência de que precisava. O governo encurralado pelo movimento da oposição burguesa sob a bandeira do impeachment entregou o anel e agora acaba de entregar o dedo.

Cresce assim a tese da incompetência política, da ingovernabilidade, da desmoralização política e do isolamento de Dilma diante da população. Motivos apontados como suficientes para interromper o seu mandato e constituir um novo governo capaz de tomar as rédeas do Estado. O governo petista cava a própria cova assumindo, com todas as consequências, medidas recessivas e de ataque às massas. Independente de a oposição triunfar com o impeachment, a administração do PT está liquidada. Pôs-se a serviço dos objetivos econômicos e políticos do PSDB e Cia. Está limpando o caminho para um governo da direita burguesa, ou seja, francamente pró-imperialista.

O setor do capital que considera desnecessário o impeachment tem claro que cabe a esse governo fazer o trabalho sujo. Ninguém melhor que os próprios petistas para destruir os “programas sociais”, mutilar direitos trabalhistas e previdenciários (MPs 664/665), dar um instrumento à burocracia sindical como o PPE, conter o reajuste do funcionalismo, etc.

Certamente, o PSDB e, em particular, Aécio Neves, chegaram à conclusão de que a vitória de Dilma, nestas condições, foi uma bênção. Para o PT e, em especial, para Lula, uma desgraça. Tornaram-se possível combinar duas ações: a da “Operação Lava Jato”, centrada na caça aos petistas e a do impeachment, voltada a encurralar o governo. Se o PSDB tivesse vencido as eleições, teria de ter o seu Levy. Teria de comparecer perante os explorados com o chicote nas mãos. O PT, embora desmoralizado pelos escândalos, teria salvo parte de sua pele não tendo de se responsabilizar pela política econômica liberal e pró-imperialista. As direções da CUT, do MST, do MTST, da CMP e da UNE não teriam de defender um governo servil, arrebitado e comprometido com o que há de pior na política burguesa. Mas a história reservou o destino exato ao reformismo senil, ao caudilhismo eleitoral-populista e ao colaboracionismo do sindicalismo “autêntico” com as multinacionais.

Somente a esquerda oportunista e imbecilizada justifica a defesa do governo burguês de Dilma, antinacional e antipopular, com a bandeira de derrotar a direita golpista. Repetimos, o governo do PT cavou sua própria sepultura no campo da política burguesa. O pior que poderia acontecer era a classe operária ser arrastada ou por trás do governo de Dilma, ou do movimento oposicionista liderado pelo PSDB. A alta classe média e parte da baixa já foram contaminadas pela campanha da oposição.

Os explorados devem ser alertados para as manobras do governismo e do oposicionismo sobre o fundamental: **estão sob ataque cerrado do governo e dos capitalistas**. O compasso de espera do desenlace sobre a continuidade do governo ou a vitória do impeachment está servindo tão somente à disputa interburguesa em torno do poder do Estado. O essencial está em que a burguesia está unida em torno do plano de ajuste antinacional e antipopular, seja com Dilma, seja com quem for.

Nas fábricas e construções, as demissões correm soltas. A

burocracia implanta o PPE e auxilia os capitalistas a destruírem direitos trabalhistas. As greves fajutas nos metalúrgicos acabam servindo a acordos que apenas adiam as demissões, em troca de concessões à flexibilização capitalista do trabalho. *Os partidos da burguesia precisam da contenção da luta de classes para processar a crise política.* Dilma, em particular, necessita da colaboração da burocracia sindical para mostrar aos capitalistas que seu governo ainda é útil. O governo do PT está em melhores condições para implantar as medidas do ajuste do que estaria o do PSDB que não tem ao seu lado a CUT, o MST, a UNE e sindicatos estratégicos, como o dos metalúrgicos e dos petroleiros.

A ausência de um partido revolucionário no seio do proletariado o impede de compreender a disputa interburguesa e de marchar sob sua própria estratégia de poder. É isso que ocorre objetivamente no caminhar da crise burguesa. A classe operária reflete os anos de controle da burocracia sindical e do colaboracionismo implantado nos sindicatos.

Criou-se a ilusão com Lula de que o PT estava constituindo um governo dos explorados, democrático-popular, que faria profundas reformas, que acabaria com a fome, com as discriminações e que daria assim às massas marginalizadas das riquezas nacionais um lugar ao sol. Bastaria para isso acabar com os privilégios dos grupos econômicos, colocando os recursos do Estado a favor dos pobres e miseráveis. Com Lula e o PT no poder, diziam, seria possível uma nova alternativa de desenvolvimento econômico e social, inclusivo e sustentável. Estariam derrotadas as forças da elite neoliberal. O Brasil conheceria uma verdadeira democracia com participação popular. Essa farsa caiu por terra antecipadamente. Lula a desmentiu ao assinar a Carta ao Povo Brasileiro, em que se comprometia a respeitar a grande propriedade capitalista e a cumprir com as metas fiscais que garantiam o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Sabemos que nem era preciso tal compromisso formal com a classe capitalista e com o imperialismo. Seja qual for o governo burguês, mais a direita ou mais à esquerda, se assenta na grande propriedade monopolista e no capital financeiro.

Os esperançosos reformistas – nacionalistas, estalinistas, castristas e clericais – tiveram a possibilidade de comprovar suas teses. As massas deram-lhes o poder votando em Lula. No entanto, os falsificadores fracassaram sem travar uma só luta com a burguesia. Seu governo conclui, agora, trucidado pela oposição direitista que havia sido rejeitada pela maioria da população.

A classe operária se acha desorientada, sem compreender o que de fato ocorreu com o Partido dos Trabalhadores e seu caudilho Lula, ameaçado pelas denúncias do delegado Sérgio Moro. A reação da CUT e aliados contra o movimento pró-impeachment não passou de atos contraditórios de apoio a Dilma e de inócua crítica ao plano Levy. A classe operária, as camadas pobres da pequena-burguesia e a juventude não viram por que defender um governo que as ataca e que se mostra acuado pelos adversários. Também não viram por que seguir o movimento do reacionário PSDB, DEM, PPS e consortes do PMDB, etc.

É nessa situação que se realiza a Marcha Nacional da CSP-Conlutas, rechaçando tanto o governo quanto a oposição. Co-

loca-se no campo da independência de classe, mas não combate sob a política, o programa e a estratégia do proletariado. A bandeira Contra Dilma-PT; Cunha, Renan e Temer-PMDB e Aécio-PSDB é uma balburdia que oculta o caráter de classe da disputa interburguesa. Personifica sem a devida expressão de classe os partidos e personagens. A bandeira estratégica “Por uma alternativa classista dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre” não passa de inconfessável eleitorismo e impotência programática da esquerda centrista. Os “10 motivos para ir às ruas no dia 18 de setembro” espelham a disputa interburguesa. Adapta-se à profunda crise, colocando-se como esquerda democrática. Respostas justas vêm misturadas com tagarelice do tipo “exigimos o fim da corrupção”. De forma que há que se lutar para que a classe operária se desloque do controle da política burguesa armando-se de uma política própria, de reivindicações próprias e métodos próprios de luta.

A falência do governo do PT e a ofensiva do PSDB contra o mandato de Dilma Rousseff põem diante das massas a questão do poder. Continuar suportando o domínio da burguesia ou lutar para destruí-lo pela via revolucionária? Não é porque a classe operária esteja submissa às variantes da política burguesa de dominação que objetivamente não esteja colocada a luta pelo poder. Os explorados não terão como se manifestar independentemente se não estiver presente na sua luta de classe a estratégia revolucionária. A vanguarda militante, conscientemente socialista, tem precisamente a tarefa de lutar no seio das massas com o programa, a estratégia e os métodos da revolução proletária.

O PT fracassou como governo burguês de esquerda nacionalista. Os explorados não querem a volta do velho governo burguês, encarnado pelos velhos partidos orgânicos da burguesia (PSDB/DEM/PMDB, etc.). *A luta deve, portanto, se dar em torno da derrubada do poder burguês e da constituição de um governo operário e camponês.* É necessário levantar no interior da crise as bandeiras de poder do proletariado. Como auxiliar os explorados a se aproximarem e abraçarem a estratégia revolucionária. De um lado, partindo das reivindicações que os opõem à exploração e à grande propriedade dos meios de produção; de outro levantando a bandeira de Oposição Revolucionária ao Governo Burguês de Dilma Rousseff (PT/PMDB), rechaçando sua política antinacional e antipopular e levantando as reivindicações democráticas, antiimperialistas e classistas.

Operários, camponeses e juventude oprimida, lutemos e nos organizemos no campo da independência política e organizativa:

Exijamos dos sindicatos e centrais que rompam com o governo e se lancem por uma campanha unificada em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas, contra os cortes na saúde, educação e pelos programas que de fato atendem as necessidades dos explorados!

Organizemos uma Oposição Revolucionária ao Governo Burguês de Dilma Rousseff e combatamos no campo da independência a ofensiva reacionária do PSDB e seus comparsas!

Lutemos com os métodos da classe operária - greves, manifestações, ocupação de fábricas, bloqueios – e sob a estratégia revolucionária do governo operário e camponês.

Uma marcha massiva, mas sob a bandeira eleitoral de “uma alternativa classista dos trabalhadores juventude e do povo pobre”

Balanco da Marcha Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras

O ato realizado em São Paulo, em 18 de setembro, contou com a participação de 15 mil manifestantes que denunciaram o ajuste fiscal e seu impacto na vida de operários, servidores públicos, trabalhadores rurais, sem teto, camponeses, indígenas e juventude. Com o mote: “Basta de Dilma-PT. Temer, Renan e Cunha-PMDB e Aécio-PSDB”, as 40 entidades que assinaram a convocatória defenderam a construção da “alternativa classista dos trabalhadores, juventude e povo pobre”.

Convocado a partir do Espaço Unidade de Ação, teve a participação majoritária da CSP-Conlutas, ANEL, PSTU e suas organizações de mulheres, LGBT, negros, sindicatos sob sua direção, como o dos metalúrgicos de São José dos Campos e Minas, Construção civil de Belém e Fortaleza e oposições (Correios, Petroleiros, Bancários, etc.). Estiveram presentes caravanas e delegações de 24 estados do país e Distrito Federal. O PCB participou com sua coluna, enfatizando a defesa da construção do poder popular e se somando à criação do “terceiro campo”. O MRT (ex-LER-QI) se centrou no chamado para que a chamada “terceira força política” apoie concretamente as lutas e greves em curso. Algumas correntes do PSol estiveram presentes como a LSR e CST. A Intersindical Central da Classe Trabalhadora recusou o chamado, considerando a realização da marcha como um “grave equívoco”, defendendo sua participação no dia 20 de agosto, onde estariam os “setores dispostos a combater o ajuste fiscal”, como o MTST, UNE e não nominam as centrais e partidos diretamente alinhados com o governo Dilma, o qual vem desferindo profundos ataques aos explorados.

O POR esteve presente com suas bandeiras e com o Manifesto, destacando: 1) a unidade da burguesia em torno do plano de ajuste antinacional e antipopular; 2) o avanço das demissões e a política colaboracionista das direções sindicais de implantação do Programa de Proteção ao Emprego, que auxilia unicamente os capitalistas; 3) a ausência do partido revolucionário impede a classe operária de compreender a disputa interburguesa, as manobras das burocracias sindicais e de marchar sob sua própria estratégia de poder; 4) o fracasso do governo do PT, que conclui sem travar uma luta contra a burguesia, sob o fogo cruzado dos corruptos do Congresso Nacional e dos órgãos da Justiça e desmoralizado perante as massas; 5) A bandeira que impulsionou a marcha de “Contra Dilma-PT; Cunha, Renan e Temer-PMDB e Aécio-PSDB” oculta o caráter de classe da disputa interburguesa. A bandeira estratégica “Por uma alternativa classista dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre” não passa de eleitoralismo; 6) A luta deve se

dar em torno da derrubada do poder burguês e da constituição de um governo operário e camponês. Por fim, levantou as seguintes bandeiras:

Exijamos dos sindicatos e centrais que rompam com o governo e se lancem por uma campanha unificada em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas, contra os cortes na saúde, educação e nos programas que de fato atendem as necessidades dos explorados!

Organizemos uma Oposição Revolucionária ao Governo Burguês de Dilma Rousseff e combatamos no campo da independência a ofensiva reacionária do PSDB e seus comparsas!

Lutemos com os métodos da classe operária - greves, manifestações, ocupação de fábricas, bloqueios - e sob a estratégia revolucionária do governo operário e camponês.

Apesar da presença operária, sua política operária esteve ausente

Durante a concentração, houve uma manifestação dos operários em frente ao prédio da FIESP. Cartazes denunciavam as demissões, exigiam estabilidade e rejeitavam o PPE, as bandeiras que de fato protegem os empregos e salários dos trabalhadores, que combatem a flexibilização capitalista do trabalho com a flexibilização operária não foram erguidas. Ante a ausência da defesa da escala móvel de horas de trabalho, salário mínimo vital e escala móvel de reajuste, ganharam espaço as manifestações que expressam a pressão da crítica moral à corrupção. Um coro de “Fora Dilma” chegou a ser cantado entusiasticamente pelos trabalhadores e foi contido por dirigentes do PSTU.

Na marcha, a primeira coluna era dos trabalhadores, porém, o maior destaque era dado a um carro do Sindicato dos Meta-



lúrgicos de São José dos Campos em que um boneco de Dilma vestia a faixa presidencial onde se lia “PTrobrais”, com sacos de dinheiro nas mãos. Ao lado, um boneco de Aécio também empunhava sacos de dinheiro e, na caçamba, homens fantasiados de presidiários se mascaravam de José Dirceu e Vaccari (PT) e Cunha (PMDB).

Na concentração, em frente ao MASP, foram feitas as falas das diversas entidades. Uma liderança Guarani Kaiowa do Mato Grosso do Sul denunciou a persistência do extermínio das nacionalidades indígenas, com assassinatos de lideranças, familiares, estupros e torturas promovidos pelos latifundiários com a conivência do governo federal que descumpra a demarcação das terras garantidas constitucionalmente. Movimentos por moradia como a FIST, do Rio de Janeiro, e Luta Popular, de São Paulo, apresentaram sua diferenciação quanto ao MTST,

que tem se alinhado com o governo federal.

Os organizadores tentaram cercear a fala do POR no carro de som, alegando que não convocamos o ato. Tivemos de relembrá-los que participamos de todas as reuniões preparatórias, ajudamos a panfletar a convocatória nas estações de trem e metrô e intensificamos o chamado por meio do boletim Nossa Classe, distribuído em várias fábricas. Não assinamos o manifesto por não concordarmos com a bandeira de “alternativa dos trabalhadores”, porém, não deixamos de convocar e participar da marcha. Sendo assim, permitiram nossa fala.

A tônica do ato, porém, foi a da alternativa dos trabalhadores, que, de última, expressa a via eleitoral para se chegar ao governo dos trabalhadores. Esta saída é mais um desvio para que a classe operária transforme sua revolta em organização consciente e dirija a maioria nacional com a tarefa de sepultar o capitalismo. Assim, o centrismo expressou na marcha seu intento de se potencializar eleitoralmente para os próximos pleitos. As mazelas sofridas ante o impacto do ajuste fiscal, infelizmente, não foram acompanhadas das bandeiras que vinculam a luta das massas por suas vidas com a luta por transformar a propriedade privada em propriedade coletiva, ou seja, pelo socialismo. Coloca-se a nu a crise de direção revolucionária, que custa caro aos trabalhadores, que se encontram desarmados diante dos ataques da burguesia e seus governos.

A fala final do ato, já na Praça da República, foi feita pelo Presidente do PSTU, Zé Maria que destacou a agudização da polarização entre a direita, com a bandeira do impeachment, e

o governo, que desferiu mais um golpe nos trabalhadores com o novo anúncio de ajuste fiscal. Insistiu no chamado ao MTST e direção nacional do PSOL para se somarem à construção da “alternativa dos trabalhadores”. Foi reafirmado também o chamado às Centrais Sindicais para que se somem à construção de uma greve geral para barrar o ajuste fiscal.

Pronunciamento do Partido Operário Revolucionário

O POR interveio salientando três aspectos: 1) O profundo ataque do governo Dilma/Levy à classe operária, aos camponeses e aos explorados em geral. A política das burocracias sindicais de colaboração de classes, por meio da implantação do Programa do Proteção ao Emprego (PPE), da flexibilização capitalista do trabalho (lay-off, banco de horas, etc.) e de apoio ao governo ou à oposição burguesa (CUT, Força Sindical e suas seguidoras). 2) A defesa da independência de classe diante do Estado e dos governos, que se materializa na campanha pelo rompimento da CUT com o governo e a luta em defesa das reivindicações que unificam os explorados: emprego, salário e direitos. Diante da crise econômica e política, a bandeira de Oposição Revolucionária ao governo Dilma expressa a luta pela independência e pela defesa da vida dos oprimidos. 3) As reivindicações devem ser vinculadas à defesa da aliança operária e camponesa e da forma de governo revolucionário, que será operário e camponês.

O POR encerrou com as bandeiras de: “Abaixo o ajuste fiscal de Dilma/Levy! Unidade dos explorados para derrotá-las nas ruas!

PCO ataca a Marcha do dia 18 pela direita

O jornal Causa Operária dedicou várias notas contra a Marcha Nacional dos Trabalhadores, convocada pela CSP-Conlutas. O tom pejorativo e depreciativo dado pelos redatores mostra sua estatura política. Sabemos pela experiência que a linguagem prosaica utilizada para desmoralizar o oponente oculta a real posição do crítico. Por mais que recorra a citações de marxistas – no caso, Causa Operária recorre a Trotsky –, não tem como esconder a vulgaridade do pensamento.

É-nos difícil ler até o final as notas de PCO, em especial as assinada por Antonio Eduardo Alves Oliveira. O despeito em política provoca enjôo. A mentira colocada a serviço do despeito causa repulsa. Mas temos, de tragada em tragada, ir até o final na leitura. As adjetivações (“manifestação coxinha”, “coleguinha do PSTU”) e as mentiras não servem apenas ao despeito de uma organização agarrada ao exitismo, mas também para defender sua posição de apoio ao governo Dilma.

Não por acaso, Antonio Eduardo inicia sua nota com o número. Estima que a manifestação contou “com cerca de 3 mil pessoas”. A PM se eximiu de fazer a contagem. Diminutas foram as reportagens em alguns meios de comunicação. De forma que houve quase um silêncio e um boicote geral diante da Marcha. Bastou a mirada de algum espia de PCO – enviado para colher algum dado que servisse de desabono à manifestação – para que chegasse aos “cerca de três mil”. A avaria ocular, neste caso, não é física, mas mental. PCO resolveu ver o que imaginava encontrar. Uma Marcha com 15 mil, segundo os organizadores – estimativa que compartilhamos, aproximadamente – é inconcebível para quem advoga o apoio a Dilma e dá pouca importância à política antinacional e antioperária do governo.

Diz Causa Operária que “o que realmente unificava todo mundo era a defesa do Chega/Abaixo/Basta Dilma/PT e todos os outros (“a corja”)”. Antonio Eduardo generaliza sem mais nem menos. Quer colocar todos os tamanhos de pés na mesma forma de sapato. A CGTB e PPL, de fato, defenderam que a Marcha deveria levantar a bandeira de “Fora Dilma”. Romperam com o movimento justamente porque sua linha não foi aceita. O POR a rechaçou nas reuniões defendendo a bandeira de “Oposição Revolucionária ao Governo Burguês, Antinacional e Antipopular de Dilma Rousseff”. O PSTU, embora tenha em suas fileiras quem ache que o “Fora Dilma” sirva aos seus propósitos eleitorais de “alternativa dos trabalhadores” (na marcha se ensaiou um grito de “Fora Dilma”, imediatamente sufocado pelos organizadores), também não concordou com a CGTB e PPL. Esses são os fatos reais. A invenção de PCO de que a CGTB e PPL “foram convidados a saírem da marcha no último momento” é difamatória. Parece que Antonio Eduardo está se especializando nesse ramo da política.

Incapaz de compreender as contradições do centrismo (PSTU, morenistas em geral) e comprometido com a defesa de Dilma Rousseff, PCO atacou pela direita. Diz que a Marcha serviu “para colaborar com a política golpista em curso”. E por quê? Porque a bandeira de “Basta ou Chega Dilma, PMDB e PSDB” resulta em apenas “Fora Dilma”. Essa conversão seria justa, segundo PCO, porque afinal os trabalhadores não podem derrubar Dilma, restando assim o apoio da Marcha ao golpe (impeachment). Esse raciocínio primário é de quem menospreza pura e simplesmente o centrismo e está incapacitado em realizar uma crítica marxista à política do PSTU e seu braço sindical CSP-Conlutas. Os morenistas não pretendem derrubar Dilma, nem barrar a ofensiva do

PSDB em direção ao impeachment. Estão se preparando para as próximas eleições. Acreditam que com a crise de conjunto emergirá uma alternativa eleitoral de esquerda, qualificada de “alternativa classista”.

Ocorre que PCO está metido na mesma bitola do eleitoralismo, sem contudo ter a força dos morenistas e dos reformistas do PSOL. A Marcha pode ser criticada pela sua inconsequência em não ter levantando as bandeiras e a estratégia do proletariado, mas não por servir de auxiliar ao PSDB. O absurdo da explicação de PCO resulta em calúnia ao PSTU e à CSP-Conlutas. E, evidentemente, a todas as correntes que participaram da Marcha do dia 18. Com todos seus defeitos, foi a única manifestação massiva que expressou independência política diante da disputa interburguesa entre um governo encurralado e uma oposição armada da iniciativa política. PCO matreiramente quer transformá-la em seu contrário.

Antonio Eduardo denomina os representantes da oligarquia reacionária, aliados de Dilma, como “burgueses tradicionais”, como Sarney, Collor e Kátia Abreu, para dizer que nem pelo fato do governo deles depender, nem pelo fato da presidente ter “adotado uma política da direita para atacar os trabalhadores” seria “correto defender a derrubada de Dilma”. Para uma corrente que tem feito uma cruzada em defesa do governo que ataca os explorados, não é difícil se valer de argumentos tão pueris.

A solução da crise política pela via do impeachment é burguesa e se processa por meio das instituições da democracia burguesa. O POR já explicou repetidamente porque é golpista. Não defender e condenar essa via não implica defender o governo burguês de Dilma, implica desenvolver as reivindicações da classe operária e sua estratégia revolucionária. Ocorre que as esquerdas em geral não se colocam diante da crise econômica e política com os objetivos do proletariado.

Antônio Eduardo nos trouxe uma novidade: “A luta pela independência dos trabalhadores passa ao mesmo tempo pela defesa dos elementos da democracia operária nas instituições burguesas, ou seja, ser contra o golpe e lutar contra a política do governo de ataque aos direitos dos trabalhadores”. O angu retórico dos “elementos da democracia operária nas instituições burguesas” é típico de quem não sabe o que está falando. A frase explicativa seguinte do “ou seja” torna ainda mais extravagante a expressão “democracia operária nas instituições burguesas”: “ser contra o golpe e lutar contra a política do governo”. O enigma se traduz no seguinte: opor-se em palavras aos ataques do governo de Dilma às massas, e defendê-lo de fato contra o impeachment. É isso o que têm feito a CUT, CTB, UNE e outros aliados governistas.

Cinismo e hipocrisia não faltam nos artigos de PCO sobre essa questão. Se a classe operária e a maioria oprimida se levantasse contra o Plano Dilma/Levy estariam pondo fim a esse governo desmoralizado e sitiado. Não iriam quebrar sua política pró-capitalista e ao mesmo tempo sustentá-lo. A disputa interburguesa poderia inclusive cessar ou arrefecer enquanto as massas estivessem em greve e nas ruas. Querendo ou não, a manutenção de Dilma dependeria de sua disposição e capacidade de derrotar o levante. Mas essa via não está colocada. As frações da burocracia sindical, que defende o governo e a vinculada à oposição, estão unidas em evitar uma revolta operária. Veja como ocultam as demissões em massa, isolam o descontentamento dos trabalhadores e aplicam as medidas de flexibilização capitalista do trabalho (PPE, lay-off, etc.).

Em um ambiente de contenção da luta de classes, o governo Dilma pode atacar violentamente as massas; e, por sua vez,

a oposição, com as mãos livres, pode atacar o governo. Antônio Eduardo recorre ao argumento de que “estamos vivendo uma conjuntura em que as lutas defensivas devem ser o eixo da atuação do movimento sindical”. Nem por isso, os marxistas deixam na gaveta a estratégia de poder diante da crise e da disputa interburguesa. Nem por isso, os explorados devem defender um governo que serve à burguesia, curva-se diante do capital financeiro, golpeia antigas conquistas trabalhistas e prepara novos ataques. O problema está em que, enquanto os explorados estiverem na defensiva, a burguesia e seus governos estarão na ofensiva. Não será apoiando Dilma e atacando o PSDB que ajudaremos o proletariado a passar para a ofensiva. Há que ter em conta os obstáculos que subordinam os sindicatos à disputa interburguesa, desviam as reivindicações próprias dos explorados e fragmentam suas ações. Uma das maiores barreiras à contenção da luta de classes se encontra na política governista e estatizante da CUT e aliados.

Nada dessa explicação interessa a PCO que se fixou na ideia de que ou se está com Dilma e PT, ou com Aécio e o PMDB. Considera que o governo de Dilma deve ser apoiado porque, diante de um governo da oposição, é mais ameno com os trabalhadores. Parece inverossímil que PCO, que tanta apologia faz do trotskismo, tenha dito tal estupidez. Mas vejamos: *“A queda do governo oportunista e direitista do PT será uma derrota e não uma vitória para os trabalhadores, pois os golpistas irão atacar ainda mais as condições de vida dos trabalhadores”*.

Essa concessão de PCO ao governo Dilma, em nome de proteger os trabalhadores contra um governo mais à direita, é vergonhosa. Faz-nos lembrar a política do estalinismo, que considerava governos burgueses progressistas e reacionários como definidores de sua estratégia e tática. *Com Dilma é ruim, com Aécio será pior*. PCO poderia estampar esse lema na capa de seu jornal – lema que resume a sua obstinada campanha em favor do governo. A sua impostura não tem limites. Coloca as necessidades dos explorados nas mãos de um governo burguês contra outro – de Dilma contra Aécio.

O certo é que, se Dilma for deposta pelo impeachment, não será uma derrota dos trabalhadores, será uma derrota do PT e de sua burocracia que traíram os explorados que neles confiaram. Se Dilma estabilizar o seu governo, ou se Dilma cair e dar lugar a Aécio (ou outro qualquer), o proletariado terá de marchar com suas próprias bandeiras, reivindicações e sob a estratégia da revolução social, do governo operário e camponês.

Oportunismo não deve ser confundido com marxismo, leninismo e trotskismo. Jamais a política revolucionária do proletariado considerou a defesa de um governo burguês porque este lhe é mais vantajoso. As transcrições de Antonio Eduardo retiradas dos escritos de Trotsky sobre a política revolucionária diante do fascismo para justificar o apoio a Dilma não têm nada a ver com a crise de governabilidade que se passa. Inicialmente, PCO afirmou peremptoriamente que o País estava diante da iminência de um golpe militar. Abandonou essa avaliação sem dizer por que e agarrou-se ao impeachment, como se fosse a mesma coisa.

A luta pela independência de classe do proletariado não “passa” pela defesa do governo Dilma Rousseff, mas sim pela luta contra suas medidas antinacionais e antipopulares. Somente com as reivindicações próprias e sob sua estratégia revolucionária o proletariado poderá marchar em seu terreno próprio de combate. Essa é política que distingue o trotskismo de todas as variantes do oportunismo.

Reacionária ameaça de cassação do registro do PCO

O Ministério Público Eleitoral sugeriu ao Tribunal Superior Eleitoral a cassação do registro do PCO, alegando falta de prestação de contas em 2008. Trata-se de mais um passo na ofensiva parlamentar reacionária contra os partidos de esquerda, que atinge PSTU, PSol, PCB, limitando-lhes o tempo de televisão, acesso ao fundo partidário e lhes pressiona até a existência legal (cassação de registro).

É preciso defender nas ruas o direito democrático de todos

os partidos de esquerda de terem seus registros e participarem das eleições, em igualdade legal de condições com os partidos burgueses. Somente a mobilização dos explorados pode impor aos exploradores e suas instituições a aceitação dos partidos que se reivindicam dos trabalhadores.

Abaixo a perseguição aos partidos de esquerda! Fim do processo contra o PCO! Liberdade de manifestação e de organização!

Encontro Nacional de Lutadores e Lutadoras

O Encontro Nacional, organizado pela Plenária de Unidade e Ação de São Paulo, ocorreu no dia 19 de setembro, no Sindicato dos Metroviários.

Foi dada a palavra à saudação de uma índia Guarani Kaiowá de Mato Grosso do Sul. A representante do movimento indígena deu um depoimento comovente. Os Guaranis Kaiowás estão sendo dizimados. Encerrou com um chamado ao plenário, conclamou que o movimento ali presente interviesse junto à causa indígena pela demarcação da terra e em defesa de suas vidas ameaçadas diariamente.

Antes de dar início às falas das organizações e correntes, o microfone foi entregue a **Sebastião Carlos Pereira, “Cacau”, membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas**, que fez um balanço da Marcha Nacional do dia 18. Ressaltou o fato de o boletim ter sido assinado por mais de 40 organizações que convergiam à estratégia comum de poder que seria a “alternativa classista dos trabalhadores”. Encerrou dizendo que o Encontro deveria apontar para a Marcha de Luta Estadual, em outubro. No seu entendimento, a situação está para “acumular forças” e fazer um chamado à CUT e as demais centrais sindicais. Cacau não disse nenhuma palavra sobre a ruptura da CGT/PPL com a Marcha.

Pelo PSTU, destacou-se a exposição de Zé Maria. A fala inicia saudando a Marcha Nacional e o espaço do Encontro, que deveria ser estendido a todo país. Acentuou a necessidade de constituir uma “Frente Única para Lutar”. O espaço de unidade de ação seria um esforço nesse sentido. Concluiu defendendo a política dos morenistas de constituir uma “alternativa dos trabalhadores” e dirigiu chamado aos movimentos empenhados em defender Dilma Rousseff para que rompam com o governo e se integrem ao “campo alternativo”. Zé Maria evidenciou com clareza a tática de se opor ao governo que se despedaça e à oposição burguesa, à espera de que o movimento desemboque nas eleições. A “alternativa dos trabalhadores”, de hoje, tem o mesmo conteúdo da formulação, ontem, pela “frente de esquerda dos trabalhadores” eleitoral. Há apenas uma variação na forma, correspondendo à variação da conjuntura política.

O POR também saldou o Encontro e a Marcha, por entender que o método próprio das massas é a tomada das ruas, em unidade com todos os movimentos grevistas em curso, contra as demissões, em defesa do emprego, salário e direitos. As massas trabalhadoras devem se colocar contra a flexibilização capitalista do trabalho. Colocamo-nos terminantemente contra a via eleitoral, expressa pela bandeira de “alternativa dos trabalhadores”. A saída para os explorados é ser erguer em oposição revolucionária ao governo Dilma e lutar pelo governo operário e camponês.

Foram realizadas reuniões de grupos temáticos. Na plenária

final, foi suprimida a leitura dos relatórios setoriais, sob a alegação do atraso do evento e da necessidade das delegações voltarem a seus estados. A mesa, presidida por Altino - presidente do Sindicato dos Metroviários - informou que os documentos seriam disponibilizados na internet. Os trabalhos então se concentraram ao redor do manifesto. Foi explicado o método para a sua aprovação, que não seria por votação, pois, segundo Altino, o manifesto já havia sido “costurado com as diversas organizações”, que apenas se faria uma votação simbólica ao término da leitura. Coube a Cacau reforçar o argumento de que o Encontro não deveria se valer do método da votação, embora houvesse divergências, que são: 1) há setores que defenderam uma nova Marcha Nacional e não Estadual como se propunha no Manifesto; 2) Não houve acordo com as linhas gerais contra o ajuste fiscal. Para superar as divergências, Cacau argumenta que o manifesto foi “embasado nos acúmulos” e na “mídia de opiniões”. Dito isso, iniciou-se a leitura. Ao todo, o manifesto foi dividido em dois blocos. O primeiro, onde se anuncia a estratégia de poder com a defesa da “alternativa dos trabalhadores” já no primeiro parágrafo, e o segundo onde se desenvolvem os “10 motivos para ir às ruas”, contidos inicialmente no boletim de convocação da Marcha Nacional.

Como se vê, tudo estava antecipadamente decidido. O Espaço de Unidade e Ação serve para homologar a linha estabelecida pelo PSTU. Evidentemente negociada com os aliados considerados representativos. Mas tem a virtude de permitir expor as diferenças e as divergências. De forma que aqueles que não integram o grupo seletivo de organizadores não podem interferir nas decisões.

Uma última observação. O Encontro Nacional ocorreu em meio a uma onda de demissões, ao anúncio de novos cortes sociais, ataque à previdência, de greves nacionais do funcionalismo público federal, greve dos correios, dos petroleiros, que se levam contra o arrocho salarial. Não houve preocupação e intenção dos organizadores em estabelecer um programa de reivindicações que unifique local, regional e nacionalmente os explorados. Foi justamente o que vimos na Marcha do dia 18, que esteve presa à disputa interburguesa em torno do impeachment, desconheceu as reivindicações e tarefas políticas do movimento operário. O que se passou no Espaço e Ação e na Marcha mostram concretamente que a estratégia eleitoral da “alternativa dos trabalhadores”, ao invés de expressar as necessidades dos explorados e os instintos de luta do proletariado, se distancia deles, e vai ao encontro de camadas descontentes da pequena burguesia que pendem à esquerda. O POR, no entanto, em nenhum momento deixou de participar e de formular suas posições. Convocamos a Marcha do dia 18 sob a estratégia e as reivindicações próprias da classe operária.

O ajuste fiscal e o ataque ao funcionalismo público

Entre as medidas que o governo Dilma estabeleceu desde o início de 2015, destaca-se uma que ataca frontalmente os servidores públicos: a política de diminuir o peso da folha de pagamento do funcionalismo em relação ao PIB.

A meta vem a partir do governo Fernando Henrique Cardoso e foi assumida por muitos estados e municípios. A Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000, contribuiu para que essa meta se tornasse o centro da política de reajuste para o funcionalismo. Em 2002, o percentual com a folha de pagamento chegava a 5% do PIB; em 2014, estava em 4,3% e, em 2015, supõe-se que ultrapasse os 4,1%, não porque haverá aumento real dos salários, mas porque se projeta retração do PIB em 2015. O objetivo central do governo é ficar abaixo dos 4%, o que, em período recessivo, só pode ocorrer com confisco e arrocho salarial. Dessa diretriz geral decorrem as demais medidas e projetos de lei que foram sendo anunciados ao longo de 2015 para o funcionalismo.

Reajuste parcelado em 4 anos e confisco salarial

Mais de quarenta entidades do funcionalismo público federal protocolaram ainda em março a reivindicação de 27,3% de reajuste linear. O valor correspondia a uma reposição a partir da inflação de julho de 2010 até a projeção de inflação de agosto de 2016, medida pelo IPCA, naquele momento, com um aumento real de 2%. Entretanto, mesmo que em campanha unificada e exigindo basicamente a reposição da inflação, a defesa desse reajuste chocava-se com um pilar do ajuste fiscal de 2015: o de que o governo federal, bem como os governos estaduais e municipais, deveria apresentar reajuste zero, ou um reajuste bem abaixo da inflação.

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a folha de pagamento do funcionalismo federal pode chegar a até 50% da Receita Corrente Líquida (RCL), enquanto os demais entes da federação podem chegar a 60%. O que os governos têm feito, desde antes do agora chamado “ajuste fiscal”, é reduzir o percentual da folha de pagamento, enquanto mantém intacto o percentual em relação à Dívida Pública, o qual pode chegar ao dobro da RCL, no caso da União. Ou seja, a Dívida Pública que sustenta o parasitismo dos credores do Estado pode ultrapassar os 200% da RCL; a folha de pagamento do funcionalismo sequer pode chegar a 50%. Na verdade, nos dados de 2001 a 2009 publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional, o percentual com a folha de pagamento do funcionalismo federal jamais chegou a 33% da RCL, mesmo nos anos de maior crescimento do PIB, entre 2003 e 2008.

Assim, embora entregue em março de 2015, como parte da Campanha dos Servidores Federais, a pauta salarial foi ignorada pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão até o dia 25 de junho, quando, diante da greve das instituições federais de ensino, diante de paralisações e greves anunciadas por outros setores do funcionalismo federal, anunciou-se a proposta do governo de 21,3%, divididos entre os anos de 2016 a 2019, tendo como referência o mês de janeiro de cada ano.

Com uma inflação projetada em quase 10%, mesmo os sin-

dicatos ligados ao governismo, ligados às direções cutistas, por exemplo, a proposta do governo foi então rejeitada. Aceitar os 5,5% em janeiro de 2016 e jogar apenas para 2020 uma nova negociação salarial era demais até para os burocratas governistas que buscam não desgastar o PT mas que podem abertamente se chocar com suas bases.

Com a rejeição da proposta de parcelamento em 4 anos, o MPOG adocicou a proposta com o reajuste de três benefícios (auxílio-alimentação, auxílio pré-escolar e plano de saúde suplementar). Para os benefícios, o governo considerou a inflação dos últimos anos; isso porque esses benefícios não têm impacto sobre a previdência (atingem, sobretudo, os trabalhadores na ativa), incidem sobre valores já baixos (o auxílio creche não era reajustado desde 1995) e porque o aumento de 1,3 bilhão com o reajuste desses benefícios pouco representa na relação entre folha de pagamento e PIB, ou folha de pagamento *versus* RCL. Tratava-se de migalhas. Novamente, as entidades, reunidas no Fórum dos Servidores Públicos Federais, rejeitaram a proposta. O parcelamento em 4 anos ainda era pesado demais para os setores governistas; o confisco salarial era e é evidente demais para a defesa junto às bases.

O governo ganhou tempo. A proposta do reajuste em 4 anos mais o reajuste dos benefícios foi reapresentada no final de julho, no dia 20. O problema para o governo é que as greves não diminuíram durante esse período. Houve um aumento de adesão ao movimento grevista, atingindo INSS, setores do judiciário, e trabalhadores de vários ministérios, ligados a Confederação dos Servidores Federais (CondSef). Os acordos “setoriais” não avançaram. As mobilizações e greves cresceram no início de agosto e a crise econômica piorou, com as projeções de inflação e de recessão cada vez mais sombrias para o governo.

A unidade, ainda que frágil, e sobretudo ligada às cúpulas das entidades do funcionalismo, exerceu alguma pressão sobre o MPOG. Com a proposta de “radicalização”, algumas reuniões foram arrancadas, quando não se tinha mais perspectiva de negociação. O governo então apresentou para duas entidades, a CondSef e a Fenasps (Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social), a proposta de acordo parcelado de reajuste em apenas dois anos, mas mantendo os percentuais de 5,5% e 5,0% para 2016 e 2017, respectivamente.

A CondSef imediatamente aceitou a proposta na primeira semana de setembro e outras entidades, como a FASUBRA (dos técnicos-administrativos das IFE), consideravam rever a proposta apresentando a reposição da inflação de 2015 e mais 5% para 2016. Estava montado o fim da greve dos servidores federais.

A questão é que o governo, diante da crise econômica e política, endureceu e anunciou em 14 de setembro um pacote de medidas que atingia ainda mais o funcionalismo. Primeiro, desconhecia a própria proposta que havia formulado de reajuste para janeiro de 2016 e para os anos subsequentes. Agora, haveria congelamento salarial até agosto de 2016, quando então poderia dar os 5,5% (mas nem isso era certo no anúncio do

governo). Segundo, propunha o fim do Abono Permanência para os servidores que já têm tempo de contribuição e idade para a aposentadoria. Por fim, anunciava a suspensão de novos concursos públicos.

A pancada foi tão dura que as direções governistas tiveram que dizer em uníssono um “não” ao novo pacote. Dia 15 de setembro, o Fórum dos SPF se reuniu em Brasília e, por consenso, entre 19 entidades, reunindo também CUT, CTB e CSP-Conlutas, foram organizados os dias 23 de setembro como paralisação e atos nos estados e em Brasília e o dia 28 de setembro como o início de uma construção da greve geral do funcionalismo federal.

A crise como justificativa para retirar direitos, arrochar salários e desempregar

Se o cenário de ataques forjou as greves e mobilizações e garantiu sua extensão (as IFEs completaram em 28 de setembro quatro meses de paralisação), elas ainda não foram suficientes para reverter os cortes nos serviços públicos, para barrar os projetos privatistas e para derrotar o ajuste fiscal.

Há por trás da política de reajuste zero, de confisco salarial, uma política de destruição de direitos, de rebaixamento geral dos salários e destruição de postos de trabalho. A não abertura de novos concursos, a demissão de contratados e a ampliação da terceirização combinam-se com a política de não reajuste e com a proposta de fim do Abono Permanência. A perspectiva, do ponto de vista dos capitalistas e dos governos, é ampliar essa política. Novos ataques virão.

A crise econômica e seu reflexo na crise política exigem medidas mais duras contra o funcionalismo, considerado o “maior peso das contas públicas”. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o teto da Dívida Pública são intocáveis, correspondem à política pró-imperialista e burguesa dos sucessivos governos, enquanto o salário, as condições de trabalho e mesmo o empre-

go dos milhões de funcionários públicos podem ser achatados e destruídos.

Não há porque acreditar que se trata de uma política de momento, de conjuntura em crise, como querem fazer crer os governos e seus porta-vozes. A situação da crise serve para modificar as leis e garantir para os próximos anos e décadas uma situação pior para os trabalhadores.

Com efeito, é sob essa perspectiva de unidade da política burguesa entre todos os governos que se apresentam essas medidas. Não é de estranhar que, entre os pontos e projetos elencados na chamada Agenda Brasil, apresentada em agosto por Renan Calheiros, há um em especial que busca cristalizar a política atual em relação aos reajustes: “Proposta para reajuste planejado dos servidores dos 3 Poderes, de maneira a se ter uma previsibilidade de médio e longo prazo dessas despesas”. O que isso significa? O pagamento da Dívida Pública é mantido como obrigação, o reajuste dos salários e a manutenção dos serviços públicos é entendido como “despesa”.

O parcelamento dos reajustes e até dos salários (como se vê claramente hoje no Rio Grande do Sul) é uma forma de conter despesas para cumprir com as obrigações da dívida. É contra essa política geral que busca ganhar estatuto jurídico e legitimidade política que os servidores federais estão se chocando. A possibilidade de vencê-la está na unidade não só entre os próprios servidores, mas com o conjunto dos trabalhadores e da classe operária, em particular.

A ação unitária combinada aos métodos da ação direta e a força coletiva das dezenas de milhões de assalariados no país é que poderão derrotar o ajuste fiscal. Sem a luta unitária, sem a radicalização e sem o controle do movimento pelas bases, com a política revolucionária, os ataques se ampliarão e não só os servidores públicos sofrerão na carne os ataques, como o conjunto da população assalariada e empobrecida do país verá suas condições de vida piorarem nos próximos meses e anos.

Ato em Brasília unifica servidores e MTST

O dia 23 de Setembro foi marcado por paralisações e atos em vários estados contra as novas medidas anunciadas pelo governo em 14 de Setembro. Os Servidores Públicos Federais (SPF) de diversas categorias, incluindo docentes e técnicos da Educação Federal exigiram negociação efetiva. Os estudantes e sem teto também se somaram, reivindicando a reversão dos cortes que têm atingido a educação e os programas de moradia.

O MTST coordenou a ocupação do Ministério da Fazenda, em Brasília, além das sedes de São Paulo, Boa Vista e Belo Horizonte. Realizou ato no Rio e bloqueou parte da rodovia Anhangüera, em São Paulo.

Ainda em Brasília, o MST fez protesto em frente ao MEC contra os cortes na educação, que têm levado ao



fechamento das escolas no campo, e em defesa da reforma agrária.

No dia seguinte, aos 115 dias de greve, os docentes e estudantes das federais se manifestaram em frente ao Ministério do Planejamento, e mais uma reunião foi marcada com a Secretaria de Relações de Trabalho, para a próxima semana. Pela tarde, os docentes ocuparam o gabinete do Ministro da Educação Renato Janine, que ainda não recebeu os professores, em greve desde 28 de maio.

Depois de uma reunião de docentes e estudantes com a Secretaria de Ensino Superior, a desocupação foi condicionada ao agendamento de uma reunião com o Ministro para 05 de outubro. Os manifestantes que ficaram em frente ao MEC foram reprimidos pela PM com spray de pimenta e cassetetes.

Correios em greve realizam ato em São Paulo

No dia 24 de Setembro, os ecetistas, que estão em greve desde o dia 15 de Setembro, realizaram uma manifestação em São Paulo, do MASP até o Vale do Anhangabaú. Contou com cerca de 10 mil trabalhadores e não acatou a orientação da direção de deixar uma das faixas da Paulista livre. Ganhou as ruas com a reivindicação de reposição da inflação, 10% de ganho real, pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), mais contratações, contra a terceirização, manutenção do convênio médico e contra o processo de privatização.

A direção dos correios judicializou a greve. O TST concedeu liminar determinando o efetivo mínimo de 65% de funcionamento em cada unidade e proíbe os piquetes, estabelecendo multa diária de R\$65 mil por descumprimento. É preciso defender o direito irrestrito de greve, para que os trabalhadores possam se defender dos ataques que sofrem. Haverá no dia 25 a audiência de conciliação do dissídio aberto pela empresa.

Em São Paulo, o ato foi dirigido pela CTB (PCdoB) e UGT (PMDB), contando com a participação da Conlutas (PSTU) e Intersindical (PSol). O PCO, apesar de ter atuação nos Correios, não compareceu. A CUT (PT), que dirige a FENTECT, age abertamente como capacho do governo e trabalha para quebrar a greve. Defende a aprovação da proposta de conciliação do TST de abono de R\$150 sem incorporação e, na prática, abre mão do plano de saúde. Apesar desta proposta ter sido rechaçada por mais 75% da categoria no país, ainda sugeriu que o TST aprecie esta proposta na audiência do dissídio.

A categoria, porém, está passando por cima das direções e empurrando setores do governismo para a greve. Não por acaso, as intervenções da CTB e UGT também tiveram de atacar as medidas do governo, dizendo que é o “andar de cima” que tem de pagar pela crise. Demagogicamente, o PCdoB disse que apoia o governo, mas não aceita as medidas de Levy. Perante

os grevistas, a CTB/PCdoB quis comparecer como opositora às medidas do governo. Pura, retórica de palanque!

De 36 bases sindicais, 21 estão em greve, incluindo Rio, São Paulo, Minas, Bahia, Brasília, Rio Grande do Sul. No dia 24, foi a vez do Paraná aprovar em assembleia a adesão ao movimento.

Fala do POR

No ato, o POR distribuiu um manifesto e interveio no carro de som, saudando os ecetistas em luta, neste momento em que os servidores federais, dentre eles os da Educação Federal, estão há quase quatro meses em greve. Apesar da disputa entre governo e oposição burguesa, ambos estão unidos nos ataques aos trabalhadores. É aumento no custo de vida, as demissões, o aumento da terceirização, o odioso PPE, os cortes na educação, saúde e direitos historicamente conquistados. A resposta dos explorados também precisa ser unificada. Porém, a divisão dos sindicatos e centrais é um obstáculo, só interessa às burocracias. Os trabalhadores mostram disposição de luta e a necessidade de unificar todos em um forte movimento para derrotar as medidas de ataque do governo. Que as greves em curso sejam parte da preparação da greve geral. Por isso, o POR defende a formação de uma frente única sindical que levante as bandeiras que de fato defendem os empregos, salários e condições de vida dos trabalhadores e juventude. É a Escala Móvel das horas de trabalho, a estabilidade, efetivação dos terceirizados; a defesa do Salário Mínimo vital e a Escala Móvel de Reajustes, para devolver imediatamente ao salário o que a inflação tirou.

A greve dos servidores federais tem sido dura e mostra que é necessário fazer uma greve ativa, mobilizada que use os métodos da ação direta. A unidade com as categorias em luta é fundamental. Todo apoio à greve dos Correios.

Todo apoio à greve nacional dos trabalhadores dos correios

Unidade dos servidores públicos para impor a reposição salarial, garantir os empregos e direitos trabalhistas

A greve dos correios se soma às demais greves dos servidores federais (judiciários, professores, técnicos). O governo vem descarregando a crise econômica sobre o conjunto dos trabalhadores. O funcionalismo sente o peso do arrocho salarial, da precarização do trabalho, do avanço da terceirização, da destruição de conquistas e das privatizações. Todos os anos, os trabalhadores dos correios são obrigados a paralisar e enfrentar diretamente a truculência do governo e da Justiça. Agora, mais do que nunca, se viu na contingência de ir novamente à greve.

As reivindicações dos correios - reposição salarial, manutenção do convênio médico, mais contratações e garantia de direitos – e a intransigência do governo Dilma Rousseff desencadearam a greve nacional. Há uma disposição geral dos trabalhadores pela unidade grevista. Mas temos de reconhecer que existe uma profunda divisão no movimento sindical, o que leva os trabalhadores em alguns estados a aceitarem a proposta miserável do governo. Certamente, a divisão favorece o governo, porque a força coletiva nacional é truncada.

A greve dos correios como a dos demais servidores federais é a resposta dos trabalhadores ao ajuste fiscal do governo Dilma/Levy, que é de esmagamento dos salários e direitos, visando tão somente a obter o superávit primário para pagar juros e amortizações parasitários da dívida pública. Daí os cortes de recursos aos serviços essenciais e o avanço das privatizações. O ajuste fiscal atinge todos os explorados, que vêm amargando com o crescimento das demissões e a elevação do custo de vida. Mas a ofensiva do governo contra os trabalhadores não vai parar aí. Novas medidas já foram anunciadas, como a volta do imposto da CPMF e mudanças nas aposentadorias.

O grave da situação está na política das burocracias sindicais de imposição do maior ataque à classe operária, que é a implantação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que já reduziu os salários dos metalúrgicos da Mercedes, Volks, Ford, Rassini e outras em até 20% sem nenhuma garantia de estabilidade, porque os capitalistas ficam livres para continuar impondo a flexibilização capitalista do trabalho (lay-off,

PDVs, banco de horas). Essa brutal violência tem de ser rejeitada pelos explorados.

As greves dos correios e dos servidores mostram o caminho para enfrentar a ofensiva governamental e combater as burocracias sindicais traidoras. Sem a luta unitária, sem a radicalização e sem o controle do movimento pelas bases, com a política revolucionária, os ataques se ampliaram e não só os servidores públicos sofreram os ataques, como o conjunto da população assalariada e empobrecida do país verá suas condições de vida piorarem com o desemprego, o subemprego e a elevação geral do custo de vida.

O Partido Operário Revolucionário levanta as bandeiras: Por uma frente única sindical pela reposição salarial, pela

Avançam os ataques à saúde pública no Brasil:

Responder com o programa proletário de estatização, sem indenização, da rede privada e um único sistema público, gratuito e sob controle operário

Com as medidas de ajuste fiscal, um dos setores mais golpeados é o da saúde. Os cortes de R\$12,6 bilhões já anunciados desde o início de 2015 agora receberam mais uma tesourada com o novo anúncio de ajuste feito no dia 14 de setembro. Serão mais R\$3,8 bilhões retirados do orçamento da saúde, totalizando R\$16,4 bilhões. As medidas de destruição do sistema público, vêm acompanhadas do aprofundamento da desnacionalização e privatização. Basta ver que uma das medidas apresentadas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, em troca do apoio político à presidente Dilma Rousseff (PT), acossada pela crise política e econômica, foi o fim da gratuidade do SUS.

Vejamos os mais recentes ataques:

Cortes orçamentários

Em relação ao financiamento, há medidas de cortes específicas que outras que afetam de forma geral os serviços públicos. O governo pretende ampliar a Desvinculação de Receitas da União (DRU) para 30% e propõe sua prorrogação até 2023 na proposta de orçamento de 2016 a DRU soma cerca de R\$122 bilhões. Este mecanismo, criado em 1994 por FHC, foi reeditado por Lula e Dilma e permite que o governo e parlamentares metam a mão em verbas que estariam constitucionalmente vinculadas a áreas sociais. A Emenda constitucional 86/2015, do orçamento impositivo, constitucionaliza o subfinanciamento do SUS ao limitar os recursos vinculados à saúde. Além dos cortes no orçamento, é importante lembrar que o quadro recessivo também leva à queda de arrecadação de impostos. Saídas como a retomada da CPMF são mais um ataque pois passam a impressão para a população de que estão tendo que arcar com mais gastos com a saúde, ou no caso atual o chamado “rombo da previdência”, quando na verdade servem para engordar o bolso dos banqueiros e credores da dívida pública. O último corte de R\$3,8 bilhões, segundo o governo, voltará para a saúde em forma de emendas parlamentares. Ou seja, subordinado aos interesses dos deputados em seus currais eleitorais.

Agenda Brasil

Ainda na Agenda Brasil, proposta por Renan Calheiros,

escala móvel de reajuste (subiu o custo de vida, os salários devem ser imediatamente corrigidos), pelo emprego a todos (escala móvel das horas de trabalho), contra as demissões, pelo fim das Medidas Provisórias lançadas pelo governo Dilma, revogação do PPE pró-patronal e pela garantia de conquistas históricas dos trabalhadores.

O Partido Operário Revolucionário conclama os trabalhadores dos correios a constituírem uma corrente revolucionária que lute pela independência e democracia sindicais, pela derrota da política divisionista e pela defesa de um programa de reivindicações que una os correios à classe operária e aos demais explorados.

Pela vitória da greve dos trabalhadores dos Correios!

saudada pelo Ministro da Fazenda Joaquim Levy e aceita por Dilma, consta além da exigência de maior desvinculação orçamentária para garantir “flexibilidade” ao gasto público; há o impedimento de que o SUS se encarregue de tratamentos experimentais obtidos por vias judiciais. O ataque mais frontal foi a proposta de cobrança no SUS de acordo com as faixas do Imposto de Renda. Assim, para parte dos brasileiros, o SUS se converteria em um sistema de copagamento, em que os procedimentos seriam feitos não de acordo com a necessidade de garantir a saúde como direito, mas sim de acordo com o que o paciente/cliente estivesse disposto a desembolsar. A enorme rejeição à medida, até mesmo por parte do Ministro da Saúde, pode sinalizar que ela não se concretizará por esta via. Porém, continuará a ocorrer por meio da dupla porta de entrada, convênios, EBSEERH e outras modalidades de privatização.

Terceirização, sobrecarga e precarização

Quanto à contratação de pessoal, o sistema de saúde já sofre com grande déficit, contratos precarizados e trabalhadores terceirizados. Junto com a lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece um teto para gasto com pessoal, há várias facilidades para a contratação de terceirizados, que não entram na conta do pessoal e sim como custeio. Com o aval do Supremo Tribunal Federal que julgou, em abril, a Lei das Organizações Sociais como constitucional, esta modalidade de contratação está liberada para avançar ainda mais sobre a saúde. O novo pacote de ajustes de 14 de setembro anunciou a suspensão dos concursos em 2016 e o fim do abono permanência, estimulando aqueles que atingiram a idade de se aposentar que se retirem. Ou seja, tudo indica que haverá mais sobrecarga dos atuais trabalhadores e mais terceirizações.

EBSEERH

Nos Hospitais Universitários (HUs), tem crescido o controle da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, EBSEERH. Criada no último dia de mandato de Lula e depois convertida em Lei por Dilma, esta empresa pública de direito privado já assinou contrato com 31 dos 50 HUs existentes no país. Apenas 10 das 35

universidades que possuem HUs não assinaram: UFPA, UFRGS, UFSC, UFF, UFRJ, Unirio, Unifesp, UFLA, UFU e UFCG. As duas últimas já aderiram, mas não assinaram o contrato. Em algumas universidades, começa-se a defender a revogação dos contratos. Porém, quando amparados em esperanças em reitorias progressistas, esta bandeira trilha um caminho perigoso de justificar a ruptura pois a EBSERH não cumpre o que prometeu. O problema é que mesmo se cumprir, ainda assim é uma forma privatista. Na pauta do ANDES consta a defesa da revogação da lei que criou a EBSERH, trata-se de tornar esta bandeira força material em defesa dos hospitais escola.

Desnacionalização

A aprovação da Lei 13097/15 já começou a resultar em grandes operações como a compra de hospitais da Rede D'Or, no fim de maio, por R\$3,2 bilhões, por um fundo de investimentos de Cingapura, que também é acionista da Kroton. Com a desvalorização do real perante o dólar, a internacionalização tende a crescer. Grupos norte americanos já entraram em cena no primeiro mandato de Dilma, sendo sintomática a compra de 90% da AMIL, que detém grande parte dos planos de saúde no país, para a United Health, envolvida no desmonte do sistema público de saúde inglês sob o governo de Margaret Thatcher. A mercantilização e desnacionalização implica na busca desenfreada de lucro, com seleção de riscos e exclusão de doentes crônicos, idosos e pacientes psiquiátricos.

São estas empresas que têm ditado a política de saúde do governo Dilma e do parlamento. Não por acaso, de janeiro de 2011 a agosto de 2013, de acordo com dados do TCU, a cada dia foram desativados doze leitos públicos e abertos nove privados, com isenções e linhas de crédito do BNDES. É importante lembrar que em 2014, 40 empresas de planos privados de saúde doaram R\$ 54,9 milhões para candidatos. Elegeram Dilma Rousseff, três governadores, três senadores, 29 deputados federais e 29 deputados estaduais. O montante doado em 2014 cresceu 263% em relação a 2010. Este financiamento está por trás das tentativas de anistiar dívidas dos planos de saúde

Frente contra a Privatização da Saúde Pública realiza atividades em Salvador

Após a sua constituição, a Frente contra a Privatização da Saúde Pública em Salvador realizou algumas atividades importantes no sentido de fortalecer a frente e integrá-la no trabalho de formação dos COMITÊS EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA nas comunidades em Salvador. A primeira atividade ocorreu no Bairro de Periperi, no subúrbio da capital. Foi organizada uma reunião entre os integrantes da Frente e os moradores do bairro, para explicar os objetivos da Frente, ter um primeiro contato com o fim de organizar o primeiro Comitê em Defesa da Saúde Pública. Marcamos uma Plenária para discutir e formar o Comitê, que será realizada em 26 de setembro, às 14h na comunidade.

A Frente participou do ato no Dia dos Excluídos com faixas, panfletos, adesivos em defesa da saúde pública junto com outras organizações presentes, entre elas os estudantes da Frente de Esquerda da Universidade Federal da Bahia. No dia 9 de setembro, a Frente contra a Privatização da Saúde realizou um debate com o tema “A Agenda Brasil e a privatização do SUS”,

e da PEC 451 de Eduardo Cunha (PMDB), que tenta modificar a constituição para obrigar todos os empregadores brasileiros a garantirem aos seus empregados serviços de assistência à saúde, excetuados os trabalhadores domésticos. Certamente, a medida seria acompanhada de isenções fiscais, como um PROUNI hospitalar. O SUS, assim, se limitaria à assistência focalizada para desempregados e demais miseráveis.

É fundamental saber que este processo em curso foi planejado, conforme vemos em documentos do Bando Mundial da década de 1990, e tem encontrado, no contexto de crise política e econômica, as melhores condições para ser imposto aos explorados. O ritmo deste processo é pressionado pela necessidade do capital internacional buscar novos campos de valorização diante da crise de superprodução.

Resposta proletária

Os cortes na saúde, a privatização e desnacionalização matam aqueles que precisam de tratamento e são impedidos pelo fechamento de leitos e estrutura pública insuficiente. O SUS está sob ataque, mas é preciso ver que já nasceu semiprivatizado. A tese da estatização progressiva do sistema privado por meio do aumento do financiamento e, consequentemente, da qualidade do sistema público já mostrou seu esgotamento. Sanitaristas foram progressivamente se enfronhando no Estado, seja nas secretarias municipais, prefeituras, estados e parlamento. Em vez da paulatina estatização, presenciamos o avanço cada vez mais acelerado da mercantilização dentro e fora do SUS. A defesa da vida dos explorados depende da luta pela estatização, sem indenização, do sistema privado e criação de um sistema verdadeiramente único, público, gratuito e sob controle operário. Para enfrentar a precarização e a terceirização, está na ordem do dia unir efetivos e terceirizados por meio da defesa de trabalho igual, salário e direitos iguais, com a defesa da efetivação, sem concurso público, de todos terceirizados. É necessário organizar os explorados para lutarem por suas reivindicações vitais com os métodos operários. É isto que o POR tem proposto nos sindicatos da saúde e frentes contra a privatização em que atua.

com a presença de estudantes, professores e demais ativistas, como atividade de greve na UFBA.

No dia 11 de setembro, a Frente contra a Privatização da Saúde participou de uma atividade organizada pelo Sindsaúde e Cebes, compondo a mesa de debate e com direito a intervenções. A atividade tinha como objetivo apresentar as teses do Cebes para a 9ª Conferência Estadual da Saúde, que ocorrerá de 6 a 8 de outubro em Salvador. A Frente contra a Privatização da Saúde fez uma série de crítica ao documento do Cebes, por não assumir claramente uma posição de confronto com o sistema privado de saúde. No dia 17 de setembro, houve uma reunião da Frente, para avaliar as atividades e realizar a formação no dia 19, sobre as teses da 9ª e 15ª Conferência Nacional de Saúde e texto elaborado pela Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, endereçada à 15ª Conferência Nacional da Saúde. A Frente precisa avançar no sentido de se enraizar na luta de classes com a defesa intransigente de um único sistema de saúde, público, gratuito e sob controle operário.

Resumo do Programa para eleição de delegados da Letras ao congresso dos estudantes da USP

1) Resposta à crise da USP: real democracia e a autonomia universitárias

O Congresso de estudantes da USP deve responder à ofensiva de privatização e precarização da universidade, feita pela reitoria/governo sob o pretexto da suposta crise orçamentária. Essa ofensiva afeta diretamente os estudantes e ataca aspectos básicos de funcionamento da universidade e seu caráter público e gratuito. É preciso discutir e aprovar um programa de reivindicações que expresse as necessidades mais sentidas e que unifique os que estudam e trabalham na luta em defesa da universidade pública e gratuita, com real democracia e autonomia universitárias.

Não aos cortes de verbas! Contratação de todos os professores e funcionários necessários! Não às fundações e parcerias! Não à desvinculação de hospitais e moradia estudantil! Não ao arrocho salarial sobre funcionários e professores! Unidade real do movimento!

A suposta crise orçamentária precisa ser respondida de forma unitária e independente. A ***apuração real e independente das contas*** só pode ser feita pelos que estudam e trabalham. A ***assembleia geral universitária*** (dos três setores) é que poderá fazer uma ***investigação independente das contas***, elaborar um ***orçamento que de fato atenda às reivindicações dos três setores***, que seja garantido exclusivamente pelo estado e que ***acabe com toda privatização***. Esse orçamento não será colocado na prática pela burocracia corrupta, privatista e marionete dos governos e capitalistas.

É preciso constituir um ***governo tripartite*** (dos três setores), eleito pelo voto universal, com mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária. Somente assim teremos a ***real democracia e autonomia universitárias***.

A real autonomia universitária só pode ser conquistada com a força da unidade junto aos demais movimentos sociais, principalmente o do proletariado. A luta dos que estudam e trabalham na universidade deve se ligar à luta dos explorados contra os exploradores e seus governos.

2) Combater a repressão na universidade

A burocracia e o governo vêm, há anos, impondo suas medidas privatistas, elitistas e de precarização por meio de medidas autoritárias, acompanhadas da repressão aos movimentos que se levantam contra elas.

Há quatro anos, a reitoria oficializou a entrada da polícia militar no campus, por meio de um convênio. Em 2011, os estudantes se levantaram contra isso e contra os processos. A reitoria/governo respondeu com a mais dura repressão.

A universidade deve ser pública de livre acesso a todos. A presença da PM na universidade serve à repressão. Tudo o que se fala a respeito de segurança relacionando-a à PM é falácia. Ligar as duas coisas obscurece o papel real da PM, que é de repressão. É por isso que somos contra condicionar a saída da PM a um suposto Plano Alternativo de Segurança, que como tal só pode ser mais uma alternativa repressiva.

É preciso que a PM saia da USP, incondicionalmente. Seja

fardada ou disfarçada de estudante (P2 – Koban). ***FORA PM!*** Outra coisa é o que vamos discutir e fazer em relação à violência e crimes que aqui acontecem.

Além da saída da polícia, é preciso por fim às sindicâncias, processos, eliminações, ameaças e demissões políticas.

3) Combater a opressão sobre a mulher

Na sociedade capitalista, as mulheres sofrem dupla opressão. Na universidade, isso se repete e se aprofunda.

A maior parte dos grupos organizados de mulheres responde a essas questões como questões culturais e educacionais. Propõem medidas de coação, educação e punição como meios de se combater a opressão à mulher. Como se o homem em si fosse a causa da opressão à mulher.

Na verdade, a causa da opressão à mulher está na opressão de classe e na propriedade privada dos meios de produção. A opressão da mulher é mais uma manifestação da opressão de classe. Não será possível acabar com ela com medidas de coação e educação. As reivindicações que se levantam contra a opressão à mulher devem ser levantadas como parte da luta geral pelo fim da opressão de classe, se ligam à revolução socialista. Acabando com a opressão de classe e socializando a propriedade privada dos meios de produção, criaremos as condições materiais para se acabar com toda forma de opressão, dentre elas a da mulher. O socialismo não acabará com a opressão à mulher de forma automática, mas é condição para sua plena erradicação.

A luta contra os estupros na universidade se liga à luta contra a burocracia autoritária e governo que a controlam. Contrapõe-se à farsa do maior policiamento que só serve para aumentar a repressão aos movimentos. Liga-se à necessidade de luta geral das mulheres pelas reivindicações de direito ao seu próprio corpo (legalização do aborto, etc.). Combate o obscurantismo religioso que insufla a opressão à mulher. Une a mulher e o homem na luta contra toda forma de opressão.

4) Democracia estudantil: em defesa das assembleias gerais

Já há alguns anos, setores do movimento estudantil têm se voltado contra a realização das assembleias gerais, descumprem suas decisões e as atacam de toda forma. Procuram fortalecer a chamada democracia representativa, que coloca as direções eleitas como intermediárias com certa autonomia para se colocar como negociadoras entre os estudantes de base e a burocracia universitária que detém o poder. Os setores mais à direita defendem abertamente que tudo deve ser decidido por meio do voto passivo em urna ou até eletrônico.

A democracia estudantil, democracia direta, se apoia nos métodos da democracia operária. Isto porque ela se constitui a partir do método da mobilização e da ação direta, como meio de lutar pelas reivindicações contra a burocracia/governo. A prática ensina que a mobilização massiva depende da possibilidade da mais ampla liberdade de defesa de propostas, dis-

cussão, decisão por maioria e aplicação coletiva das decisões de forma massiva. Isso só se realiza por meio da assembleia geral, que é assim instrumento de mobilização, democracia direta e ação de massa.

Nos últimos congressos, a direção do DCE (PSol/PSTU) conseguiu aprovar restrições à soberania das assembleias gerais.

Contra essas tendências burocráticas, é preciso defender as assembleias como instâncias de mobilização, discussão, deliberação e ação coletivas e unitárias, e fundamento da democracia estudantil.

5) A crise política e os estudantes: pela independência de classe!

A juventude oprimida deve se voltar ao que se passa na economia, na política e na vida dos explorados. O movimento estudantil não pode ficar à margem da brutal ofensiva dos capitalistas e do governo às condições de existência da maioria da população. O ataque à educação pública e, em particular, à universidade, pelo governo de Dilma Rousseff é parte dos ataques ao conjunto dos explorados. *Não é possível apoiar o governo do PT, que mergulhou fundo na política burguesa, assumiu a tarefa de realizar uma ofensiva antinacional e antipopular e ressuscitou a direita, liderada pela aliança do PSDB com o DEM.* É criminoso o tratamento dado pelo governo à greve das Federais. É abominável a posição governista da UNE e da CUT.

É sintomática, por sua vez, a incapacidade da ANEL de trabalhar pela mobilização estudantil e da Conlutas em responder à flexibilização capitalista do trabalho, que conduz ao

desemprego em massa. Até hoje, não se colocaram por aprovar um programa de reivindicações, preparar o caminho da luta, organizar o movimento e exercer uma oposição revolucionária ao governo que se despedaça politicamente e golpeia fundo o orçamento destinado à educação, à saúde, etc. *É preciso dar uma resposta de luta para esses acontecimentos, não uma saída eleitoral.* Mas é o que se desenha como conteúdo das propostas de “alternativa”, “terceiro campo”, ou “terceira via”. Não será por meio da eleição de um governo de esquerda que se responderá à ofensiva capitalista sobre as condições de vida e trabalho.

A resposta para a crise é a unidade entre os trabalhadores da cidade e do campo, da juventude e todos os demais oprimidos em defesa dos empregos, salários e direitos. *Erguer um bloco sólido contra a flexibilização capitalista do trabalho. Não ao PPE das montadoras. Por uma flexibilização operária do trabalho. Emprego e salário não se negociam, defendem-se com luta. Emprego a todos, por meio da divisão das horas da produção entre todos os apitos ao trabalho. Escala móvel de reajuste, aumento automático do salário com a inflação. Nenhuma redução salarial. Estabilidade a todos os trabalhadores. Abaixo os cortes. Defesa intransigente dos direitos trabalhistas e sociais. Combate pelo ensino público. Nenhum corte de verbas para a educação e a saúde.*

O ponto de partida dos estudantes é a unidade ao redor de um plano de reivindicações geral, a constituição de um movimento unitário a partir da assembleia geral universitária e a unidade com os demais movimentos sociais, tendo à frente o proletariado, na luta contra os capitalistas e seus governos.

LER-QI/MRT: depois de se deslocar rumo ao PSol, coloca-se por um “novo projeto de educação”

A mudança de caracterização do PSol pela LER-QI/MRT, a fim de procurar facilitar seu ingresso, tem suas consequências. Algumas formulações feitas recentemente no “Esquerda Diário” e na sua chapa para a eleição de delegados ao XII Congresso de Estudantes da USP mostram uma ruptura completa com a concepção marxista da educação.

No documento publicado no “Esquerda Diário, se lê:

“O que este projeto de lei nefasto de “Escola sem partido” tem por trás é o objetivo da burguesia de impor seus pensamentos e valores, bem como o controle aos trabalhadores através da escola, cada vez mais controlada e cercada pelo governo.”

“Ter acesso à educação e ao conhecimento é um direito histórico, conquistado por trabalhadores e a juventude. Mas que hoje é usurpado pela burguesia.”

“A escola deve ser um ambiente democrático e vivo, que fomenta a apropriação da cultura e do saber pela classe trabalhadora.”

Na tese para o Congresso da USP, se lê:

“precisamos pensar como fazer para, a partir das nossas próprias forças, barrar essa série de ataques, lutar contra a privatização e pensar outro projeto de educação, que extrapole os limites impostos pelo mercado em direção a uma educação emancipatória, abrindo as portas da universidade para a população”

“Devemos lutar por uma universidade que seja ocupada criativa-

mente pela população, que tenha seu espaço aberto para festas, saraus, que seja um espaço vivo de arte e cultura. Disputamos o conhecimento produzido aqui para que ele esteja a serviço das mulheres, LGBTQs, negros e todos os jovens e trabalhadores oprimidos e explorados, para que ele esteja a serviço de uma vida a ser vivida na sua plenitude.”

Destacamos esses trechos, com grifos nossos, por conterem inverdades, conceitos extraídos do ideário reformista e que expressam uma balbúrdia de palavreado. Desde a sua origem, a escola serviu aos interesses materiais e ideológicos da classe dominante. O acesso à escola e a sua extensão como direito à educação não modificou o seu caráter capitalista.

A burguesia não usurpa o que não há o que usurpar. Ocorre que todo sistema escolar entra em declínio com a desintegração do capitalismo.

O conselho da LER/MRT de que a escola deve ser um ambiente democrático e vivo não tem sentido se não se pressupõe a sua transformação como parte da transformação socialista. O que deve ser formulado como aspecto do programa da revolução proletária.

“Apropriação da cultura e do saber pela classe trabalhadora”? No capitalismo, nem pensar! Uma vez o proletariado no poder e a propriedade privada substituída pela propriedade social, a apropriação do que há de positivo dos conhecimentos

acumulados pelo capitalismo será necessária como ponto de partida para a transformação socialista da cultura e o avanço da ciência.

“Educação emancipatória”? Essa fórmula é um santuário do reformismo. Imagina-se transformar a escola burguesa em seu contrário, sem que esta seja destruída pela revolução.

Disputar o conhecimento para colocá-lo a serviço das mulheres, negros, LGTBs, etc? Parece que a LER/MRT aderiu aos pós-modernos. Disputar com quem o “conhecimento produzido nas universidades? Que conhecimentos são esses? Certamente, a montanha de fórmulas acadêmicas ao gosto da intelectualidade pequeno-burguesa sobre as opressões.

Em resumo, para a LER/MRT, a educação tem o papel de “emancipar os trabalhadores”. Mas a burguesia a “usurpa”, impedindo assim que os trabalhadores possam “se apropriar da cultura e do saber”. Assim, deve-se “disputar o conhecimento produzido” na universidade. Para que ele possa ser colocado “a serviço” dos trabalhadores, de “uma vida a ser

vivida plenamente”.

A pedante pretensão de tornar a universidade burguesa uma fonte de conhecimento emancipador é elitista (admite que a universidade produz conhecimento e de cima de seu pedestal produz cultura e saber que deverão servir às necessidades dos trabalhadores), arrogante e utópica.

Não por acaso, a LER/MRT ignora os problemas fundamentais da escola na época do capitalismo em decomposição. Desvia-se constantemente da concepção marxista da educação, que parte do divórcio entre o fazer e o pensar, a prática e a teoria, enfim, entre a escola e a produção social. De forma que trata do ensino e de sua relação com os explorados e oprimidos desconsiderando que é parte do programa da revolução proletária. Simplesmente, descarta que somente o proletariado tem como tomar nas mãos os grandes problemas da educação e as transformações estruturais. E que cabe à vanguarda militante traduzir a política do proletariado no seio da juventude, em sua maioria de classe média.

Avança o Curso de Formação do POR sobre Fundamentos do Socialismo Científico

Síntese dos extratos de “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico” de Engels

Para transformar a realidade é fundamental compreendê-la. Por isto o POR há mais de 20 anos realiza todos os meses o Curso de Formação Política. Depois de quase um ano estudando o surgimento e desenvolvimento do trotskismo, iniciamos em julho de 2015 o estudo sobre os fundamentos do socialismo científico. A ideia é abordar os conceitos elementares do marxismo.

Na primeira parte dos estudos, de julho à setembro, debatemos extratos do texto “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico”, de Engels. Trata-se de um texto, publicado em 1878, em que se realiza uma síntese das principais ideias e conceitos elaborados e desenvolvidos pelo marxismo.

Segue o resumo do debate:

O socialismo científico pode ser caracterizado, por sua forma, como uma continuação da tradição socialista de crítica ao capitalismo, mas por seu conteúdo se diferencia dos utópicos por ser expressão da tomada de consciência de classe de que a sociedade capitalista é dividida fundamentalmente entre a burguesia e o proletariado e de que é necessário analisar cientificamente as leis de desenvolvimento do capitalismo com o objetivo de realizar a sua superação.

O capitalismo desenvolveu as *forças produtivas* (a combinação da força de trabalho com os meios de produção) a um nível nunca imaginado pelas sociedades anteriores. Devido à *produção social* (grande indústria), a produção atual realizada em um curto período de tempo pelo modo de produção capitalista ultrapassa a realizada por séculos nos modos de produção anteriores. No entanto, as forças produtivas se encontram travadas no capitalismo porque se encontram em choque com as relações de produção capitalistas. A produção é social, mas devido à existência da propriedade privada a *apropriação é privada*, realizada pelos capitalistas. Esta concentração de riqueza em um dos pólos gera no outro uma acumulação igual de miséria.

Uma outra lei fundamental do capitalismo é a lei da *anarquia na produção social*. Como os capitalistas calculam privadamente a mercadoria e a quantidade que vão lançar no mercado, ninguém sabe qual será a quantidade total de artigos do mesmo tipo que será lançado em conjunto no mercado. Só com a venda da mercadoria o capitalista saberá como agiu a concorrência, se a produção foi adequada ou não, etc. A dinâmica do mercado pode inclusive constranger o capitalista a produzir outra mercadoria. Tudo isso “impõe-se, pois, sem os produtores e contra eles, como leis naturais cegas dessa forma de produção. O produto domina o produtor”.

A contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção conjuntamente com a anarquia na produção estão na raiz das *crises capitalistas de superprodução*. Estas são a mais viva expressão de que as condições históricas para a transformação do capitalismo em socialismo estão dadas. Esta transformação se dará por meio da revolução proletária, quando o proletariado dirigido por seu partido revolucionário tomara o poder de Estado e realizará a expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção. A planificação da economia é a superação da anarquia na produção. O Estado, que é um instrumento de uma classe dominante para oprimir outra, no socialismo será utilizado para liquidar com a burguesia e combater o imperialismo. Com o processo de superação das classes sociais a nível mundial a “intervenção do Estado em assuntos sociais será tornar-se-á progressivamente supérflua e acabará por desaparecer. O governo sobre as pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será ‘abolido’, *extingue-se*”.

A partir do mês de Outubro prosseguiremos o debate com extratos do “Manifesto do Partido Comunista”. Convidamos nossos simpatizantes e leitores a ingressarem em nossa escola de quadros.

Nesta edição:

- O voto pelo NÃO foi o repúdio ao governo do MAS
- Um passo a mais no processo de restauração capitalista
- Enfrentar o imperialismo avançando na superação da crise de direção revolucionária
- Trotsky: Jornal de Fábrica e Jornal teórico

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



Bolívia

O referendo sobre os estatutos autônomos ocorreu no dia 20 de setembro, na Bolívia. Objetivava por meio de uma consulta popular impor ou não o Estatuto Autonomista Departamental nas seguintes localidades: Chuquisaca, La Paz, Oruro, Cochabamba e Potosi. Trata-se, na realidade, da autonomia dos Departamentos de criar impostos locais.

O voto pelo NÃO foi o repúdio ao governo do MAS

No momento em que redigimos a presente nota, a imprensa informa que os resultados oficiais preliminares mostram que o voto pelo NÃO no referendo autonomista está vencendo com mais de 70% nos cinco departamentos onde se realizou a consulta popular. A informação surge com mais ou menos 20% dos votos escrutinados oficialmente pelos juízes departamentais do total da votação obtida durante a jornada. É surpreendente o caso de Potosi, onde, apesar da ocupação militar da cidade capital, 91% votaram pelo NÃO e tudo indica que os votos das províncias e do campo não modificarão esta tendência dominante neste Departamento.

O oficialismo, que foi o único que fez campanha pelo SIM, está mudo e, praticamente, desapareceu do cenário para não ser encontrado pela imprensa. Os poucos personagens oficiais que foram surpreendidos pelos microfones se limitaram a dizer que faltava informação para as pessoas. Em Oruro, no início da noite, o palanque que foi armado para festejar o triunfo do SIM foi rapidamente desarmado, porque os funcionários do governo já tinham os dados da votação negativa de todo o Departamento.

Outro fato que a imprensa destaca é a altíssima abstenção. A população, apesar dos anúncios de multas acima de 400 bolivianos e de que a validade dos certificados de votação terá vigor nos próximos 90 dias como condição para realizar viagens, transações bancárias e outros trâmites oficiais, não foi às urnas. Esta tem sido mais uma das formas de rejeição à impostura montada pelo oficialismo.

Trata-se de um rechaço político ao governo que, até a véspera, realizou uma frenética campanha pela reeleição de Evo Morales e Garcia Limerá. Um rechaço à prepotência do oficialismo

que pretendeu substituir a voz dos explorados pela da camarilha medíocres oficialistas na chamada CONALCAM. Um rechaço à política cada vez mais autoritária e repressiva, que pretende calar aqueles que se atrevem a pensar e a expressar livremente seu pensamento. Um rechaço à política abertamente antioperária, antipopular e a serviço dos empresários privados e das multinacionais. Trata-se de um voto político que significa uma antecipação do que poderá ocorrer na próxima consulta para a reeleição do presidente indígena e de seu comparsa manipulador e cínico.



Muitos temem que o servil Tribunal Eleitoral possa reverter esta calamitosa situação para o oficialismo com a fraude. Isso funciona quando as margens de diferença não são muito grandes, mas no presente caso, ainda que o voto no campo possa somar em favor do governo, será difícil ocultar a distância entre o SIM e o NÃO. É bom lembrar que o voto do campo, ainda que fosse unânime em favor do oficialismo, não passa de 30% da votação geral.

Por outro lado, o voto no NÃO expressa uma íntima desconfiança dos explorados e oprimidos a tudo que faz e diz o governo. Eles deduzem que a famosa autonomia é uma armadilha que permitirá elevar os impostos, objetivando descarregar o peso da crise sobre as costas da população. Isso ocorrerá toda vez que o poder central reduzirá drasticamente os recursos dos governadores e prefeitos pela queda dos preços dos hidrocarbonetos e dos minerais.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2418, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Papa Francisco em Cuba:

Um passo a mais no processo de restauração capitalista

O papa Francisco foi recebido em Havana com uma cerimônia especialmente preparada pelo governo de Cuba e seu presidente Raul Castro no dia 19 de setembro. Esteve na recepção o cardeal católico Jaime Ortega. Na bagagem, um discurso de conciliação, por meio do governo e do Partido Comunista de Cuba (PCC) e o governo dos Estados Unidos (EUA). Segundo o representante do Vaticano, o “mundo precisa de reconciliação”, destacando que “estamos sendo testemunhas de um acontecimento que nos enche de esperanças: o processo de normalização das relações entre dois povos, depois de anos de distanciamento. É um processo. É um símbolo da vitória da cultura do encontro, do diálogo”.

Como sinal das boas vindas, o governo de Castro concedeu às vésperas um indulto a 3.522 presos. O governo, por meio do jornal oficial Granma, esclareceu: “O Conselho de Estado da República de Cuba (principal órgão do governo), por ocasião da visita de Sua Santidade, o Papa Francisco, e assim como aconteceu quando nos visitaram os Sumos Pontífices João Paulo II e Bento XVI, acordou indultar 3.522 sancionados, levando em consideração a natureza dos fatos pelos quais foram condenados, seu comportamento na prisão, o tempo de cumprimento da sanção e razões de saúde”. Constam entre os indultados, pessoas com mais de 60 anos de idade, enfermos crônicos, mulheres, jovens com menos de 20 anos sem antecedentes penais, vários que se aproximam do prazo estabelecido para a liberdade condicional no ano de 2016, bem como estrangeiros, desde que o país de origem garanta a repatriação.

Não poderíamos de lembrar aspectos da biografia do argentino Mario Jorge Bergoglio, que, por injunção de uma crise do Vaticano, foi eleito Papa. O homem é acusado de colaborar estreitamente com a ditadura militar argentina, uma das mais sangrentas da América Latina. Os governos militares, entre 1976 e 1983, foram responsáveis pelo desaparecimento, morte, exílio e prisão de dezenas de milhares de militantes e ativistas das diversas organizações de esquerda e dos movimentos sociais da Argentina. Bergoglio é acusado de trair e entregar dois padres jesuítas, Orlando Yorio e Francisco Jalics. Pesa sobre ele também as acusações de apoio à repressão ditatorial, desaparecimentos e torturas de sacerdotes. As boas relações de Bergoglio com o ditador Jorge Videla são do conhecimento geral dos argentinos e do Vaticano.

O Estado cubano já tinha sido visitado pelo representante do Vaticano em 1998, quando João Paulo II foi recebido por Fidel Castro, e em 2011, quando Bento XVI esteve na Ilha, recebido também por Raul Castro. Mas, o que pretende o chefe maior da Igreja Católica? Que espera do governo de Raul Castro e do Partido Comunista Cubano? O Papa aporta em Cuba com um objetivo muito claro: pressionar o governo castrista a aprofundar as medidas de restauração capitalista. Não foi diferente o papel do Vaticano ao longo do processo de restauração capitalista na Rússia e no Leste Europeu. O papa João Paulo II atuou diretamente na restauração do capitalismo na Polônia e em todo o Leste Europeu. A Igreja é um pilar fundamental na manutenção da sociedade de classes e da propriedade privada dos meios de produção.

Conhecemos bem as posições obscurantistas do Vaticano sobre o aborto, os avanços científicos, às relações familiares e o homossexualismo, bem como sua ação para mascarar as reiteradas denúncias de pedofilia praticada por inúmeros membros da Igreja. O Vaticano agora investe sobre o Estado operário degenerado para

sepultar as conquistas da Revolução de 1959. O encontro do papa Francisco no dia 20 de setembro com o ex-presidente Fidel Castro simboliza claramente o curso restauracionista tomado pelo governo cubano.

Não à toa, logo após a visita a Cuba, Francisco viajou aos EUA, onde foi recebido no dia 23 de setembro pelo presidente Barack Obama. Na agenda, a reaproximação do governo americano com Cuba. Obama, obviamente, agradeceu ao Chefe de Estado do Vaticano “por seu inestimável apoio a nosso novo começo com o povo cubano, que promete melhores relações entre nossos países”. Trata-se do acordo anunciado em dezembro passado, que restabeleceu as relações diplomáticas e bilaterais entre os dois países.

O Estado cubano, sob controle da burocracia do Partido Comunista, se encontra num momento crucial. O sexto Congresso do PCC, realizado em 2011, determinou o apressamento de medidas pró-capitalistas, que inclusive serviram de acenos aos Estados Unidos e em especial às diretrizes de Obama. Foi aberto o caminho para concessões ao capital estrangeiro (empresas de capital misto e cooperativas). Para mostrar que se tratava de um plano concreto foram ampliadas as licenças para autônomos, com possibilidade de contratar mão-de-obra, corte de milhares de empregos, redução do funcionalismo público e fechamento de empresas estatais deficitárias. De conjunto são medidas que representaram a ampliação das disparidades sociais e econômicas entre os cubanos.

Na véspera da chegada do papa a Cuba, o governo dos EUA anunciou a permissão para as empresas norte-americanas terem presença física no país e fazer joint ventures com a estatal que controla a internet e telecomunicações na ilha. As empresas poderão atuar no jornalismo, exportação de produtos agrícolas e materiais de construção, transportes de cargas, telecomunicações e internet, turismo, educação e religião. Também passou a permitir livre envio de remessas de dinheiro para a ilha, o que incrementará financiamentos de negócios privados no país.

A visita do papa Francisco nesse contexto nada mais significa que um passo adiante no processo de restauração do capitalismo em Cuba, o que representará, sem dúvida, a destruição das conquistas da Revolução de 1959, já seriamente comprometidas.

Nas condições de prolongamento da crise mundial e de decomposição do capitalismo, a “visita” do Papa vem no sentido de apoiar a política norte-americana. Arroga a paz e pinta o governo de Obama como seu missionário. No há no entanto como ocultar as manifestações das tendências bélicas e a necessidade do imperialismo ampliar suas intervenções. Em nome da via pacífica de resolução dos grandes conflitos, o Pontificado apoia o esmagamento militar dos levantes nacionalistas no Oriente Médio e Norte da África, principalmente a liquidação do Estado Islâmico. Na América Latina, clama para que as Forças deponham as armas e se submetam aos desígnios do Estado policial da Colômbia. Trabalha para que o regime castrista na Venezuela ceda o poder à oposição sem impor resistência. O reingresso de Cuba na órbita do imperialismo, no entanto, é sua grande missão. Sua tarefa é a de dar mais um empurrão, depois de João Paulo II e Bento XVI, no castrismo em direção ao capitalismo.

Fora o Papa de Cuba! Constituir o partido marxista, leninista, trotskista! Organizar a revolução política para derrotar as forças restauracionistas! Fora a ditadura castrista! Viva a ditadura do proletariado! Em defesa da revolução cubana!

Eleições na Grécia:

Enfrentar o imperialismo avançando na superação da crise de direção revolucionária

De um total de 300 cadeiras de deputados, concorrendo 14 partidos e 5 frentes eleitorais, Syriza venceu com mais de 35,7% dos votos. Obteve 154 deputados (4 a menos que em janeiro). Nova Democracia, 28%; 75 deputados. Aurora Dourada (nacionalista de ultradireita), 7%; 18 deputados. Pasok, 9,6; 17 deputados. O Partido Comunista da Grécia (KKE) manteve seus 15 deputados. Gregos Independentes (ANEL) retrocederam e perderam um quarto de seus deputados, com 4%; 10 deputados. To Potami (O Rio), liberais, 4,12%; 10 deputados. A nova força eleitoral, União de Centristas (EK), 3,8%; 9 deputados.

Destaca-se nesse quadro o fracasso da Unidade Popular (UP), partido formado pelos 25 da “Plataforma de Esquerda”, tendência interna do Syriza que rompeu com o partido em julho. A UP não superou os 3% dos votos necessários, perdendo assim toda sua representação no Parlamento. Essa derrota eleitoral influirá negativamente nas fileiras da ala esquerda eleitoral que rompeu com o Syriza, apregoando quixotesicamente “voltar ao programa da origem”.

A frente Antarsya + EEK (Frente da Esquerda Anticapitalista Grega e Partido Operário Revolucionário, este último membro do *Comitê Coordenador pela refundação da Quarta Internacional*, ligada ao PO de Argentina) colheram apenas 0,83%.

Notamos um desencanto de grande parcela das massas com a farsa eleitoral. Em janeiro de 2015, a porcentagem dos votantes alcançava 64% do total dos aptos a votar, oito meses depois caiu para 56%. É o maior índice de abstencismo eleitoral em décadas. Esses dados explicam também por que o Syriza manteve uma elevada porcentagem de votação. É bem provável que o crescimento de 10% no abstencionismo espelhe a decepção de uma parcela das massas com o Syriza.

O importante do balanço das eleições está em assinalar que a esquerda de origem marxista e anticapitalista não consegue expressar politicamente o proletariado e seu programa histórico no campo eleitoral. A rica experiência de luta de classes e de combate ao Estado burguês dos anos anteriores não resultou na constituição de uma fração revolucionária, capaz de orientar os explorados e a juventude no próximo período. O EEK terá de dar um passo à frente superando a influência do oportunismo eleitoral de PO.

É nesse quadro de debilidade organizativa do trotskismo que se destaca o estalinista KKE. Suas intervenções carregadas de referências revolucionárias (controle operário da produção,

expropriação dos capitalistas, etc.) e seu controle sobre grande parcela dos sindicatos lhes permitiu manter sua expressão eleitoral e conseguir se posicionar como oposição de esquerda parlamentar.

O imperialismo apostou, desta vez, no fortalecimento do Syriza. Eis por que não agiu contra sua campanha, como tinha feito em janeiro e no plesbicito de julho. Lembremos também que a CE exigia dos partidos (Syriza, Pasok e ND) que se formassem uma “frente de unidade nacional” que garantisse a aplicação das medidas impostas pela Troika. A nova composição de forças no Parlamento demonstra o quanto se avançou nesse objetivo. Trata-se agora de garantir a estabilidade institucional desse governo, que terá de continuar impondo as diretrizes do capital financeiro e os brutais ajustes. Porta vozes das potências dizem que agora se tornou mais provável que a CE faça algumas concessões - reduções nas taxas de juros e prolongamento dos prazos de pagamento da dívida externa. No fundamental, o Syriza terá de atacar mais fundo a vida das massas e avançar a desnacionalização da economia. As massas não terão como se conformar por muito tempo. Retomarão o caminho da luta de classes.

A tarefa está clara: é necessário construir uma fração revolucionária no seio dos explorados capaz de organizar a luta sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias. O combate ao Syriza, ao estalinismo e ao oportunismo de esquerda é parte desse objetivo. A vanguarda tem o dever de fazer um balanço rigoroso da capitulação do Syriza. Não foi um raio no céu azul. Se não se chega à conclusão de que o movimento pequeno-burguês eleitoral havia anunciado desde sua origem que se constituía como um canal de desvio das reivindicações e das ações revolucionárias para o parlamento burguês, não se pode constituir o partido revolucionário e se erguer como uma força pela reconstrução da IV Internacional. Depois que o Syriza e seu chefe, Alex Tsipras, traíram é fácil denunciá-los. É preciso saber com precisão que correntes chegaram a apoiá-los e a alimentar ilusões na via eleitoral. Sem esse severo balanço crítico, permanecerá a semente do oportunismo que tanto desserve ao marxismo-leninismo-trotskismo. Repetimos ao cansaço que a vanguarda grega não avançará um milímetro sem assumir plenamente o programa dos Estados Unidos Socialistas da Europa e a tarefa de por em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista.



Continuamos nossa publicação de textos de Leon Trotsky pouco conhecidos e que tiveram importância na história da IV Internacional. Mas o objetivo não é apenas trazer ao presente a luta passada pela construção dos partidos revolucionários. O que nos importa é a vigência dos seus fundamentos. A defesa que Trotsky faz do jornal analítico, como centralizador da ação política do partido no seio da classe operária é de fundamental importância.

Via de regra, as correntes centristas, que falam em nome do marxismo, fazem do seu principal jornal um instrumento de diluição das posições revolucionárias e primam pelas generalidades, superficialidades e circunstancialidades. Observa-se que não têm o jornal como uma arma programática de combate ao capitalismo e de expressão da luta de classes. Uma outra variante de jornal de esquerda é aquela que se esmera em fazer longas descrições dos acontecimentos transcritos da imprensa burguesa, para finalmente esquerdizá-lo.

O jornal que se assenta na análise e na teoria expõe as leis históricas de esgotamento e desintegração do capitalismo em cada momento da luta de classes e expressa as reivindicações das massas extraídas das condições concretas, de forma a aproximar os explorados da estratégia da revolução social. O jornal concebido pelo marxismo – o bolchevismo elevou a imprensa proletária ao nível da mais lúcida e precisa teoria revolucionária – não parte do atraso da consciência da classe operária, mas das condições gerais da economia, da política, da luta de classes e da cultura. Está aí por que seu desenvolvimento está determinado pela estratégia e pela tática revolucionárias. É por essa via que se forma a vanguarda do proletariado e se eleva a consciência socialista das massas.

Como Trotsky demonstra no artigo abaixo, outros instrumentos para a ação massiva do partido são igualmente fundamentais. É o caso do boletim de fábrica, panfletos, manifestos, etc.

Jornal de Fábrica e Jornal teórico ⁽¹⁾

27 de janeiro de 1938 – Leon Trotsky

Recebi seu pacote de jornais de fábrica e boletins, etc. Na realidade, é a única maneira apropriada de chegar às massas menos educadas, na medida em que amplia e se mantém continuamente a sua compreensão teórica. É necessário certo tipo de “centralismo democrático” na organização da propaganda escrita e de agitação. Aproxime-se dos trabalhadores a partir das mais simples necessidades e reivindicações, que brotam diretamente da vida nas fábricas. Não se apresse em deduzir tudo em cada ocasião, isto é, em cada artigo. Cada dia tem sua tarefa.

Diante deste trabalho de massa disperso e descoordenado, o pensamento do partido deve estar suficientemente centralizado e buscar sua inspiração diária em um laboratório onde todas as perguntas, mesmo as mais complexas, se analisem e enfoquem sutilmente. O Banco da França se vê obrigado em certas épocas a renovar suas reservas de ouro de tal modo que o dinheiro em circulação não se desvalorize pela inflação.

Não sei qual é a atual tiragem de *Lutte*, mas há milhares de trabalhadores na França que não somente são capazes de entender um artigo que toma um ponto de vista mais amplo, mas também exigem da imprensa dos trabalhadores respostas profundas às perguntas complexas colocadas pela situação mundial.

Lembremos da discussão com o grupo Molinier sobre um “jornal de massas”. O folheto de nosso pobre N. Braun contém um número de ideias excelentes sobre este tema ⁽²⁾. Ao transformar o órgão central do partido em um tipo de jornal de fábrica, vocês nunca chegarão às massas e ainda perderão seu caráter político distintivo e, assim, seus próprios membros.

O fato de que Craipeau fosse capaz de conseguir um terço (ele diz 40%) dos membros do partido [no segundo congresso do POI, no outono de 1937] é um sintoma perturbador da degeneração política. Pessoalmente, Craipeau é um camarada excelente, dedicado, mas temo que esteja se movendo cada vez mais na direção de Vereecken, isto é, para um atoleiro.

Sigo a discussão do Comitê Central belga com grande preocupação. Como diz o apóstolo, se esforçam pelos mosquitos e engolem camelos. Creio que as dificuldades da seção belga podem se explicar até certo ponto pela falta de um jornal teórico em francês. A importância deste problema não pode ser exagerada. Estes são tempos turbulentos e as massas estão inquietas. Os trabalhadores mais inteligentes, que sobretudo procuram entender o que acontece, não ficarão satisfeitos com a mera repetição das consignas comuns. Deve dar-lhes uma resposta completa. Uma dúzia ou centena de trabalhadores deste calibre, que possamos ganhar para nossas ideias gerais, podem levar milhares e milhares de trabalhadores a nosso movimento.

Nada disto está voltado, de forma alguma, contra o trabalho massi-

vo. Nosso trabalho nos sindicatos é absolutamente decisivo. O pior erro cometido pelos camaradas de Borinage foi gastar seu tempo, energia e prestígio criando “sindicatos” para sua própria satisfação. Se inspiraram não na experiência de décadas, nem nas lições dos primeiros Quatro Congressos da Terceira Internacional, mas sim no exemplo de um burocrata sem programa, nem princípios, como Sneevliet.

O trabalho nos sindicatos reformistas, repito, deveria ser prioritário. Porém, para que este trabalho possa ser levado a cabo de uma maneira verdadeiramente revolucionária, o partido deve ter um bom jornal central e um teórico. Não acredite que seria possível para a seção francesa unida à belga (e possivelmente ao grupo de Genebra) manter um jornal teórico mensal? O “internacionalismo”, que se proclama verbalmente, é insuficiente para tal tarefa? Mais ainda, o problema se refere à própria existência das seções francesa e belga.

Não sei se os camaradas franceses têm oportunidade de acompanhar a vida de nossa seção nos Estados Unidos. Progrediu notavelmente. O nível de discussão era muito alto e a conferência terminou em quase completo acordo e com a autoridade dos dirigentes destacada. Recordo a gritaria de Sneevliet quando os norte-americanos entraram no Partido Socialista. Fez um discurso retórico contra a “Segunda Internacional”, o oportunismo, etc. Naturalmente, Vereecken repetiu todas estas acusações. No entanto, a seção norte-americana é a única que visivelmente progrediu e demonstrou uma verdadeira maturidade política.

Crux [Trotsky]

Acabo de receber o número quatro de *Quatrième Internationale*. É muito alentador. Porém, apesar de todas as promessas solenes não há a mais mínima esperança de que o número cinco apareça em breve. Em minha opinião, a única maneira de assegurar sua publicação regular é com a colaboração dos belgas.

⁽¹⁾ Publicado no Boletim Interno do Partido Operário Internacionalista (POI), seção francesa do Movimento pró-Quarta Internacional.

⁽²⁾ Raymond Molinier (n.1904): cofundador do grupo trotskista francês com o qual Trotsky colaborou até 1935, ano em que foi expulso por ter violado a disciplina e publicado seu próprio periódico, o “periódico de massas” *La Commune*. Nos anos seguintes, foram feitos numerosas tentativas de reunificação, mas só tiveram êxito em meados da Segunda Guerra Mundial. A discussão sobre o “jornal de massas” se encontra nos Escritos 35-36 (2ª edição de Pathfinder). Nicolle Braun, era Erwin Wolf. Seu folheto, *L'Organe de masse* (o jornal de massas), com uma introdução de Trotsky, foi publicado pelo Secretariado Internacional. Trotsky o chama “nosso pobre N. Braun” devido ao fato de ter sido recentemente sequestrado e assassinado pela GPU na Espanha.